



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

X LEGISLATURA (2014 – 2018)

7.^a SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

Projectos de lei:

N.º 27/X/7.^a/2017 — Lei sobre a Parceria Pública-Privada (PPP) de São Tomé e Príncipe	21
N.º 28/X/7.^a/2017 — Nova Lei Monetária	39
N.º 29/X/7.^a/2017 — Lei Contra o Terrorismo e o seu Financiamento	42

Págs.

Projeto de lei n.º27/X/7.ª/2017 – Lei Sobre a Parceria Público-Privada de São Tomé e Príncipe**Nota Explicativa**

1. A República Democrática de São Tomé e Príncipe, enquanto pequeno Estado insular, não pode ficar indiferente às transformações sociais eminentes que são cada vez mais globalizantes. Actualmente, os Estados têm assumido sempre mais novas funções, inclusive produtivas, com vista à satisfação das necessidades sociais públicas, mas que contribuem para um elevado esforço financeiro, traduzido no aumento das despesas públicas, que consubstancia inevitavelmente endividamento público, e que, por vezes, não correspondem ao aumento de qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

Tal desiderato tem ocasionado a alteração do real papel do Estado na economia do País, bem como a forma como deve ser perspectivada a satisfação das necessidades colectivas dos cidadãos.

A realização de determinadas actividades prosseguidas por entidades privadas e as subjacentes à prestação de certos serviços públicos tem levado à percepção de que nestes é possível tirar proveito da melhor capacidade de gestão do sector privado, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, com vista a gerar poupanças consideráveis na utilização de serviços públicos.

Pelo que a realização de algumas acções, como a reabilitação, a construção de infra-estruturas rodoviárias, aeroportuárias, portuárias, de abastecimento de água e energia eléctrica, de saneamento das cidades, entre outras, poderiam ser desenvolvidas pelo sector privado, em estreita colaboração com o sector público, sendo que o arranque e mesmo o desenvolvimento e a conclusão dos referidos projectos seriam financiados pelo sector privado, cuja recuperação dos investimentos por parte destes seria realizado, *a posteriori*, através da exploração do serviço, durante determinado tempo, em regime de concessão.

Entende-se que o estabelecimento dessa relação, entre o Estado e os particulares, deve assumir a forma de parceria público-privada que, como se sabe, foi um factor determinante de alavancagem do desenvolvimento de vários países.

Por isso, o facto de São Tomé e Príncipe não dispor de nenhuma legislação para a promoção e regulamentação das parcerias público-privadas tem condicionado os esforços do Governo, o que inibe a iniciativa do privado, com impacto negativo no desenvolvimento do País e em particular na melhoria das condições de vida da sua população.

Neste sentido, pretende-se que a presente lei institua princípios gerais de eficiência e economia relativos à repartição de riscos entre o parceiro público e o parceiro privado, que permita dotar a relação contratual subjacente de uma harmonia e equilíbrio ao nível da assunção de responsabilidades e da distribuição de riscos inerentes.

No nosso ordenamento jurídico existem algumas formas de relacionamento entre o Estado e os particulares que podiam ou deveriam ser tratadas no âmbito de uma parceria público-privada, o que não acontece, por não existir legislação específica sobre a matéria.

Outrossim, pretende-se que o presente diploma institua a consagração plena, no nosso ordenamento jurídico, de princípios segundo os quais a parceria apenas se justifica quando se revelar vantajosa em confronto com o comparador de sector público.

Necessário se torna ressaltar que este diploma manifesta uma grande preocupação de articulação entre o regime geral, aplicável às parcerias público-privadas, com eventuais regimes sectoriais, os quais se podem revelar extremamente úteis para efeitos de lançamento de programas integrados de parceiros pelos vários ministérios.

A tramitação prevista no presente diploma responde de igual modo à necessidade, há muito sentida, de um enquadramento geral, contendo regras de disciplina genéricas e linhas de conexão entre a realização deste novo tipo de despesa pública e a disciplina orçamental, convivendo harmoniosamente com a eventual criação, quando se justifica, de regimes sectoriais para o lançamento de programas integrados de parcerias e a contratação dos parceiros nas várias áreas de actividade pública.

Por este facto, a presente proposta de lei irá fornecer ao Estado são-tomense um quadro regulador para a promoção, desenvolvimento e regulação das parcerias público-privadas em São Tomé e Príncipe.

Vejamos, no entanto, mais em particular os traços principais e mais marcantes do novo regime geral criado.

2. Como referido, a presente lei contém, pela primeira vez, um quadro geral do regime jurídico das parcerias público-privadas, definindo uma parceria como o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva e em que o financiamento, a responsabilidade pelo investimento, pela exploração e pelo risco associado incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

Apesar de ser criado um regime geral, permitem-se, porém, programas sectoriais de parcerias, com princípios e regras económicas, financeiras e técnicas e normas procedimentais específicas. No entanto, entendeu-se fazer prevalecer esta lei sobre quaisquer outras normas, relativas às parcerias público-

privadas, de forma a que esta contenha o regime regra na matéria.

3. Pela lei são consideradas como finalidades essenciais das parcerias público-privadas a melhoria da eficiência na afectação de recursos públicos, o aumento da capacidade do Estado para realizar investimentos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por meio de controlos eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

Foram também fixados princípios orientadores que vão servir de parâmetro para a interpretação e aplicação das normas da lei. São eles, a eficiência no cumprimento das missões do Estado e no emprego dos recursos da sociedade, o enquadramento na política, estratégia e planos de desenvolvimento do respectivo sector económico ou social, o respeito pelos interesses e direitos dos utentes dos serviços e das entidades privadas incumbidas da sua execução, a indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras actividades exclusivas do poder de autoridade do Estado, a responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias, a transparência dos procedimentos e das decisões, a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconómicas dos projectos de parceria, o contributo no desenvolvimento da capacidade efectiva de exploração eficiente e racional e valorização económica de bens e recursos nacionais, a equidade na partilha dos benefícios resultantes de cada empreendimento, entre as partes contratantes, intervenientes e interessadas ou afectadas, o cometimento na prevenção e mitigação dos riscos inerentes a cada empreendimento específico, a repartição objectiva de riscos entre as partes, a liberdade e competitividade empresarial e remoção de restrições que possam comprometer a viabilidade e valorização económica na prossecução dos empreendimentos, a criação e manutenção de postos de trabalho e a profissionalização e transferência do "saber fazer" para trabalhadores e gestores nacionais, a contribuição no desenvolvimento do mercado de capitais nacional e a promoção de uma maior inclusão económica de nacionais em cada empreendimento, o estabelecimento de parcerias empresariais entre os projectos e as micro, pequenas e médias empresas nacionais, bem como a transferência de tecnologia e do "saber fazer" para estas e a prossecução de programas, projectos ou acções de responsabilidade, de sustentabilidade e de desenvolvimento social junto das comunidades locais.

4. O âmbito de aplicação subjectivo desta lei, inclui como parceiros públicos o Estado e outras entidades públicas, os fundos e serviços autónomos, as entidades públicas empresariais e outras entidades constituídas pelas entidades anteriores com vista à satisfação de necessidades de interesse geral. A todas estas entidades públicas se aplica a lei. Às parcerias público-privadas promovidas por entidades públicas empresariais sob a forma societária não se aplica directamente a lei, mas estas devem observar, com as devidas adaptações, as exigências materiais e os princípios constantes da mesma.

A lei prevê também alguns dos instrumentos de regulação jurídica das relações de parceria entre entes públicos e entes privados como, entre outros, o contrato de concessão de obras públicas, o contrato de concessão de serviço público, o contrato de fornecimento contínuo, o contrato de prestação de serviços, o contrato de gestão e o contrato de colaboração, quando esteja em causa a utilização de um estabelecimento ou infra-estrutura já existente, pertencentes a outras entidades que não o parceiro público. Ou seja, podem ser objecto de uma parceria qualquer contrato de complexidade e dimensão económica relevante que envolva uma colaboração duradoura do parceiro privado com o parceiro público, na prossecução das funções públicas.

Excluem-se, assim, do âmbito de aplicação da lei, todos os contratos onde esta relação de colaboração duradoura não exista. É o caso das empreitadas de obras públicas, dos arrendamentos, dos contratos públicos de aprovisionamento e de todos os outros contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, com prazo de duração igual ou inferior a 3 anos. Ficam também excluídas as concessões atribuídas pelo Estado, através de diploma legal, a entidades de natureza pública ou de capitais exclusivamente públicos.

Todas as parcerias de valor reduzido ficam igualmente de fora deste regime, por não se revelar necessário atribuir-lhes a complexidade deste procedimento. É o caso das parcerias que envolvam, cumulativamente, em termos previsionais, para a duração de toda a parceria, um encargo bruto para o sector público inferior a 1 milhão de euros e um investimento inferior a 5 milhões de euros, convertidos em dobras.

Resolveu-se, pela suas especificidades, igualmente excluir as parcerias nas áreas dos recursos naturais, tais como petróleo e gás natural, que ficam sujeitos a lei própria.

5. É desenvolvido todo o procedimento de preparação, lançamento de parcerias, licitação e contratação em detalhe. Tudo sempre devidamente acompanhado pela UTAP (Unidade Técnica de Apoio às Parcerias Público-Privadas), criada como novidade por esta lei.

Tem-se em atenção a possibilidade de ser recomendado ao Governo, nesta fase preparatória, a utilização de um modelo de contratação diferente da parceria se no desenvolvimento dos trabalhos de preparação do lançamento da parceria, se configurar um diferente modelo de contratação susceptível de apresentar vantagens para o sector público.

Aliás, são sempre os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa que decidem quanto à aprovação do lançamento da parceria e respectivas condições, mediante despacho a emitir no seguimento da apresentação de relatório circunstanciado.

O regime dos procedimentos de licitação de PPP é regulado pela lei, remetendo, em tudo o omissa, para

o Regulamento de Licitações e Contratações Públicas, com as necessárias adaptações. A identificação e selecção de um parceiro privado para um acordo de parceria público-privada é feita por meio de concurso, excepto em circunstâncias excepcionais previstas na lei. Designadamente, a escolha de um procedimento de ajuste directo é possível em circunstâncias excepcionais, devidamente fundamentadas pelo Governo, sendo que nos procedimentos de licitação de PPP é sempre possível uma fase de negociação das propostas, a regular nos documentos da licitação, antes da entrega final das propostas vinculativas revistas.

Entendeu-se como útil, como forma de sanar o procedimento nesta fase, que a escolha do modelo de procedimento de licitação seja sujeita ao parecer do Tribunal de Contas, sobre a sua conformidade legal, devendo adequar-se às recomendações emitidas por este Tribunal.

6. Uma matéria regulada com pormenor é a relativa ao risco, sua repartição e mitigação.

São fixados os pressupostos, a repartição de responsabilidades e a partilha de riscos entre os parceiros públicos e os privados, sendo aqui de salientar que os diferentes riscos inerentes à parceria devem ser repartidos entre as partes, de acordo com a sua capacidade de gerir esses mesmos riscos e que o estabelecimento da parceria deverá implicar uma significativa e efectiva transferência de risco para o sector privado, como regra.

Os contratos devem, aliás, obrigatoriamente, incluir uma matriz de riscos, conforme modelo em anexo à lei, a ser adaptado para cada parceria, de acordo com o tipo de contrato e a natureza e objecto da parceria, donde conste uma descrição sumária dos riscos e que permita a clara identificação da tipologia de riscos assumidos por cada um dos parceiros e a alocação da responsabilidade pela sua gestão.

7. No seguimento, o regime económico e financeiro das parcerias é também desenvolvido tendo em vista a minimização do risco para o parceiro público, matéria em que é prestada especial atenção.

É o parceiro privado o responsável financeiro da parceria a não ser em casos de empreendimento de PPP estratégico ou de interesse sócio-económico especial para o País, e que não seja financeiramente viável por si próprio em que deva o Estado contribuir para a sua viabilização económico-financeira. Nesse último caso, o Orçamento do Estado deve prever a comparticipação financeira do parceiro público.

Prevê-se igualmente a definição dos tipos e a partilha de benefícios sociais e económico e financeiros. O contrato de concessão do empreendimento de PPP deve conter cláusulas que especifiquem e assegurem, de forma expressa, os benefícios sócio-económicos a proporcionar por cada empreendimento, a expensas próprias deste, para a economia nacional e para a sociedade.

Como referido, estabelecem-se princípios rigorosos de prevenção, controle e mitigação de riscos do projeto. Define-se a responsabilidade pela mitigação de riscos, seja por parte do Governo, seja por parte do parceiro privado. Este tem de assegurar a mitigação de riscos de conflitos de interesse, riscos económico e financeiros, riscos de concepção, desenho, engenharia e construção deficientes, relativos ao empreendimento, riscos comerciais, de gestão e de desempenho do empreendimento, riscos de queda da procura ou oferta de mercado, riscos de delapidação do valor residual dos activos do empreendimento e riscos de impacto ambiental.

Optou-se como novidade da lei, quando se entenda como possível e desejável, a execução financeira das parcerias poder vir a ser garantida por um fundo público especial, denominado Fundo de Garantia das Parcerias Público-Privadas, a ser criado pelo Governo, com a finalidade de prover as eventuais obrigações pecuniárias contraídas pelo Estado, no âmbito das parcerias que, por questões ou por factos de natureza económica extraordinária, não possam ser providas pelos recursos específicos alocados pelo Estado, na implementação de determinada parceria.

8. As fases do acompanhamento e da fiscalização das parcerias também são descritas de forma detalhada.

São desde logo tomadas as providências necessárias para uma eficaz divulgação dos conhecimentos adquiridos pela UTAP e pelas outras entidades que venham a ser incumbidas do acompanhamento das parcerias, bem como para uma crescente colaboração entre todas as entidades envolvidas na parceria.

O Governo fica com a incumbência de remeter à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas, com periodicidade anual, relatórios de desempenho dos contratos de parceria público-privada que, ressalvadas as informações classificadas como sigilosas, devem ser disponibilizados ao público.

9. Outra matéria que a lei regula de forma muito cuidadosa é o procedimento de alteração das parcerias.

Este é regulado de forma minuciosa de forma a evitar que os parceiros públicos venham a assumir riscos que não tinham querido assumir no início da parceria. Inclusivamente quando a alteração possa vir a decorrer de acto do próprio Governo. Nestes casos, deve, previamente, estimar-se os efeitos financeiros decorrentes dessa determinação e verificar a correspondente comportabilidade orçamental, solicitando parecer à UTAP, ficando ainda dependente do despacho do Governo.

Assim, a renegociação tendente a uma reposição do equilíbrio económico e financeiro do contrato é tratada com os mesmos cuidados rigorosos que presidiram às fases da preparação e lançamento.

10. Finalmente, a lei dispõe ainda sobre vários outros aspectos relevantes das vicissitudes de uma parceria, tendo o cuidado de nada deixar sem regulação.

É fixado que os contratos em regime de PPP estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da lei da fiscalização prévia de actos e contratos que importem despesa pública.

É ainda regulada a resolução de litígios, permitindo-se o acesso a arbitragem, nos termos da lei de

arbitragem voluntária geral.

É também especialmente regulado o regime de escolha e contratação de consultores externos pelos parceiros público e privados de forma a impedir conflitos de interesse. Designadamente, para efeitos de verificação da inexistência de conflitos de interesses, o consultor deve divulgar por escrito ao Ministério tutelar da área das finanças todos os interesses pessoais e materiais que detenha ou adquira e que entrem ou possam entrar em conflito com o bom desempenho dos seus deveres, ficando impedido de ser consultor de parceiros privados no mesmo procedimento em que tenha anteriormente aconselhado o parceiro público.

É fixada uma *vacatio legis* de 30 dias após a data da sua publicação no *Diário da República*, aplicando-se desde logo a todas as parcerias público-privadas, mesmo as que se encontrem já em execução, embora quanto a estas apenas a partir da sua entrada em vigor e para as prestações ainda não executadas, salvaguardando os direitos subjectivos existentes.

Finalmente, deve salientar-se que este regime de PPP pode ser aplicado pela Região Autónoma do Príncipe e pelas Autarquias Locais, com as devidas adaptações nas competências dos órgãos de governo próprio regionais e locais.

11. Um último mas relevante destaque é devido para a opção da lei de criar inovatoriamente uma unidade técnica especial para acompanhar as parcerias por parte do parceiro público e centralizar todos os conhecimentos, que se resolveu apelidar de *UTAP* (Unidade Técnica de Acompanhamento das Parcerias). Na lei são regulados o seu regime e competências.

A *UTAP* passa a ser uma entidade administrativa dotada de autonomia administrativa, dependendo directamente do membro do Governo responsável pela área das finanças. A *UTAP* tem por missão participar na preparação, desenvolvimento, execução e acompanhamento global de processos de parcerias, bem como prestar apoio técnico ao Ministério tutelar da área das Finanças e, nos termos previstos no presente diploma, a outras entidades em processos daquela natureza.

Incumbe ainda à *UTAP*, nas matérias económico-financeiras, proceder ao registo dos encargos financeiros estimados e assumidos pelo sector público, no âmbito das parcerias, bem como acompanhar permanentemente a situação e evolução dos respectivos contratos.

Preâmbulo

A República Democrática de São Tomé e Príncipe, enquanto pequeno Estado insular, não pode ficar indiferente às transformações sociais eminentes que são cada vez mais globalizantes. Actualmente, os Estados têm assumido sempre mais novas funções, inclusive produtivas, com vista à satisfação das necessidades sociais públicas, mas que contribuem para um elevado esforço financeiro, traduzido no aumento das despesas públicas, que consubstancia inevitavelmente endividamento público e que, por vezes, não correspondem ao aumento de qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão.

A realização de determinadas actividades prosseguidas por entidades privadas e as subjacentes à prestação de certos serviços públicos tem levado à percepção de que nestes é possível tirar proveito da melhor capacidade de gestão do sector privado, de forma a melhorar a qualidade dos serviços prestados, com vista a gerar poupanças consideráveis na utilização de serviços públicos.

Entende-se que o estabelecimento dessa relação, entre o Estado e os particulares, deve assumir a forma de parceria público-privada, que, como se sabe, foi um factor determinante de alavancagem do desenvolvimento de vários países.

No nosso ordenamento jurídico existem algumas formas de relacionamento entre o Estado e os particulares que podiam ou deveriam ser tratadas no âmbito de uma parceria público-privada, o que não acontece, por não existir legislação específica sobre a matéria.

A tramitação prevista no presente diploma responde à necessidade, de há muito sentida, de um enquadramento geral, contendo regras de disciplina genéricas e linhas de conexão entre a realização deste novo tipo de despesa pública e a disciplina orçamental, convivendo harmoniosamente com a eventual criação, quando se justifica, de regimes sectoriais para o lançamento de programas integrados de parcerias e a contratação dos parceiros nas várias áreas de actividade pública.

Por este facto, o presente projecto de lei irá fornecer ao Estado são-tomense um quadro regulador para a promoção, desenvolvimento e regulação das parcerias público-privadas em São Tomé e Príncipe.

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Objecto

1. A presente lei tem por objecto a definição de normas gerais aplicáveis à intervenção do Estado na determinação, concepção, preparação, concurso, adjudicação, alteração, fiscalização e acompanhamento global das parcerias público-privadas (doravante também “PPP” ou “parceria”).

2. A presente lei procede ainda à criação de uma unidade técnica de apoio às parcerias público-privadas, adiante referida como UTAP.

Artigo 2.º

Definição de parceria público-privada e âmbito de aplicação

1. Para os efeitos da presente lei, entende-se por parceria público-privada o contrato ou a união de contratos, por via dos quais entidades privadas, designadas por parceiros privados, se obrigam, de forma duradoura, perante um parceiro público, a assegurar o desenvolvimento de uma actividade tendente à satisfação de uma necessidade colectiva, e em que o financiamento, a responsabilidade pelo investimento, pela exploração e pelo risco associado incumbem, no todo ou em parte, ao parceiro privado.

2. São parceiros públicos:

a) O Estado e outras entidades públicas;

b) Os fundos e serviços autónomos;

c) As entidades públicas empresariais;

d) Outras entidades constituídas pelas entidades a que se referem as alíneas anteriores com vista à satisfação de necessidades de interesse geral.

3. O presente diploma é igualmente aplicável a todas as parcerias em que o parceiro privado é uma empresa com capital público, cooperativas ou instituições privadas sem fins lucrativos.

4. Constituem, entre outros, instrumentos de regulação jurídica das relações de parceria entre entes públicos e entes privados:

a) O contrato de concessão de obras públicas;

b) O contrato de concessão de serviço público;

c) O contrato de fornecimento contínuo;

d) O contrato de prestação de serviços;

e) O contrato de gestão;

f) O contrato de colaboração, quando esteja em causa a utilização de um estabelecimento ou infraestrutura já existente, pertencentes a outras entidades que não o parceiro público.

5. Excluem-se do âmbito de aplicação da presente lei:

a) As empreitadas de obras públicas;

b) Os arrendamentos;

c) Os contratos públicos de aprovisionamento;

d) Todos os outros contratos de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, com prazo de duração igual ou inferior a 3 anos, que envolvam a assunção automática de obrigações para o parceiro público, no termo ou para além do termo do contrato;

e) As concessões atribuídas pelo Estado, através de diploma legal, a entidades de natureza pública ou de capitais exclusivamente públicos, sem prejuízo de as parcerias desenvolvidas por qualquer uma destas entidades se encontrarem sujeitas ao regime previsto no presente diploma;

f) As parcerias nas áreas dos recursos naturais, tais como petróleo e gás natural, que ficam sujeitos a lei própria.

6. Às parcerias que envolvam, cumulativamente, em termos previsionais, para a duração de toda a parceria, um encargo bruto para o sector público inferior a 1 milhão de euros e um investimento inferior a 5 milhões de euros, convertidos em dobras, valores actualizados para o momento anterior à decisão de lançamento da parceria, de acordo com as taxas de actualização fixadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças para efeitos de avaliação deste tipo de projectos, aplicam-se apenas o disposto nos artigos 4.º a 8.º, 20.º a 27.º, 29.º e 30.º da presente lei.

7. As parcerias público-privadas promovidas por entidades públicas empresariais sob a forma societária devem observar, com as devidas adaptações, as exigências materiais e os princípios constantes da presente lei, designadamente os resultantes dos artigos 5.º, 6.º, 7.º, 8.º, 29.º, 30.º e 32.º, sendo o respectivo acompanhamento e controlo feito pelos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e da tutela sectorial, exercidos através da função accionista do Estado.

Artigo 3.º **Prevalência**

O disposto na presente lei prevalece sobre quaisquer outras normas, relativas às parcerias público-privadas, tal como definidas no artigo 2.º.

Artigo 4.º **Princípios**

A contratação e execução de parcerias público-privadas sujeita-se à observância dos seguintes princípios orientadores:

- a) Eficiência no cumprimento das missões do Estado e no emprego dos recursos da sociedade;
- b) Enquadramento na política, estratégia e planos de desenvolvimento do respectivo sector económico ou social;
- c) Respeito pelos interesses e direitos dos utentes dos serviços e das entidades privadas incumbidas da sua execução;
- d) Indelegabilidade das funções de regulação, jurisdicional, do exercício do poder de polícia e de outras actividades exclusivas do poder de autoridade do Estado;
- e) Responsabilidade fiscal na celebração e execução das parcerias;
- f) Transparência dos procedimentos e das decisões;
- g) Sustentabilidade financeira e vantagens socioeconómicas dos projectos de parceria;
- h) Contributo no desenvolvimento da capacidade efectiva de exploração eficiente e racional e valorização económica de bens e recursos nacionais;
- i) Equidade na partilha dos benefícios resultantes de cada empreendimento, entre as partes contratantes, intervenientes e interessadas ou afectadas;
- j) Cometimento na prevenção e mitigação dos riscos inerentes a cada empreendimento específico;
- k) Repartição objectiva de riscos entre as partes;
- l) Liberdade e competitividade empresarial e remoção de restrições que possam comprometer a viabilidade e valorização económica na prossecução dos empreendimentos;
- m) Criação e manutenção de postos de trabalho e a profissionalização e transferência do “saber fazer” para trabalhadores e gestores nacionais;
- n) Contribuição no desenvolvimento do mercado de capitais nacional e a promoção de uma maior inclusão económica de nacionais em cada empreendimento;
- o) Estabelecimento de parcerias empresariais entre os projectos e as micro, pequenas e médias empresas nacionais, bem como a transferência de tecnologia e do “saber fazer” para estas;
- p) Prossecução de programas, projectos ou acções de responsabilidade, de sustentabilidade e de desenvolvimento social junto das comunidades locais;
- q) Adaptação aos quadros jurídicos existentes;
- r) Adaptação aos procedimentos e medidas de fiscalização da legalidade e conformidade pelo Tribunal de Contas.

Artigo 5.º **Fins**

1. São consideradas finalidades essenciais das parcerias público-privadas a melhoria da eficiência na afectação de recursos públicos, o aumento da capacidade do Estado para realizar investimentos e a melhoria qualitativa e quantitativa do serviço, induzida por meio de controlos eficazes que permitam a sua avaliação permanente por parte dos potenciais utentes e do parceiro público.

2. Os fins referidos no número anterior devem orientar a interpretação e aplicação das normas e princípios constantes do presente diploma.

Artigo 6.º **Repartição de responsabilidades**

No âmbito das parcerias público-privadas, preferencialmente, incumbe ao parceiro público o acompanhamento e o controlo da execução do objecto de parceria, de forma a garantir que sejam alcançados os fins de interesse público subjacentes e ao parceiro privado cabe o financiamento, bem como o exercício e a gestão da actividade contratada.

Artigo 7.º **Pressupostos**

1. Para a constituição de uma parceria público-privada pressupõe-se o seguinte:

a) As parcerias devem, em princípio, salvo razões devidamente justificadas, constar do Plano Geral das Parcerias Público-Privadas, documento plurianual e multidisciplinar, que define a estratégia e os sectores a abranger, a aprovar pelo Governo;

b) O cumprimento, quando seja o caso, das normas relativas à programação financeira constante da Lei do Orçamento Geral do Estado;

c) A clara enunciação dos objectivos da parceria, definindo os resultados pretendidos e permitindo uma adequada atribuição das responsabilidades das partes;

d) A configuração de um modelo de parceria que apresente, para o parceiro público, vantagens relativamente às formas alternativas de alcançar os mesmos fins, designadamente por via do modelo de contratação pública tradicional, avaliados nos mesmos termos previstos na Lei do Orçamento Geral do Estado e que, simultaneamente, apresente para os parceiros privados uma expectativa de obtenção de remuneração adequada aos montantes investidos, ao grau de risco em que incorrem e ao tempo estimado para a execução das parcerias;

e) A prévia adequação às normas legais e demais instrumentos normativos, bem como à obtenção das autorizações e dos pareceres administrativos exigidos, tais como, entre outros, os de natureza ambiental e urbanísticos, dos quais dependa o desenvolvimento do projecto;

f) A clara enunciação dos objectivos da parceria para o sector público, especificando os resultados pretendidos e as vantagens daí decorrentes, numa perspectiva de análise custo-benefício;

g) A clara enunciação dos resultados que se pretendem do parceiro privado;

h) A adequação do prazo de vigência da parceria às circunstâncias e características específicas de cada projecto, tendo, designadamente, em consideração o período de reembolso do financiamento, o escalonamento dos pagamentos pelo parceiro público e a vida útil das respectivas infraestruturas;

i) A concepção de modelos de parcerias que evitem ou minorizem, sempre que possível e salvo fundamentação adequada, a probabilidade da verificação de modificações unilaterais dos contratos, determinadas pelo parceiro público ou quaisquer outros factos ou circunstâncias geradores ou potenciadores da obrigação de reposição do equilíbrio financeiro, designadamente a indefinição das prestações contratuais, a imprevisibilidade da matéria, a extensão ou a incerteza quanto à duração do compromisso, bem como a assunção de termos e condições de reposição desse equilíbrio ou outros regimes indemnizatórios que sejam excessiva ou injustificadamente onerosos ou inadequados em face do perfil de risco efectivo da parceria;

j) A adopção, na fase prévia à contratação, das diligências e a consagração das exigências, que se revelem adequadas à obtenção de um resultado negocial económica ou socialmente competitivo;

k) A identificação discriminada e detalhada dos riscos a assumir por cada um dos parceiros;

l) Uma adequada atribuição de responsabilidades e partilha de riscos entre os parceiros públicos e privados;

m) A identificação das situações susceptíveis de, durante a vigência do contrato, gerarem uma partilha de benefícios entre as partes e ou atribuírem ao parceiro público a totalidade dos respectivos benefícios;

n) A identificação expressa da entidade pública que tem a responsabilidade de suportar os encargos decorrentes de pagamentos a realizar ao parceiro privado, quando se preveja que os mesmos venham a ter lugar, bem como a identificação da origem dos respectivos fundos.

2. O estudo técnico-económico-financeiro de propostas de parceria público-privada deve ter um grau de detalhe compatível com a dimensão financeira do contrato, cabendo à UTAP divulgar e normatizar os respectivos roteiros ou manuais para a elaboração e apresentação das referidas propostas de parceria, bem como a divulgação dos parâmetros macroeconómicos a serem adoptados.

3. A verificação da conformidade do projecto de parceria com os pressupostos referidos no n.º1 deve ser realizada com o maior grau de concretização possível em função da fase em que o projecto se encontre.

4. No que respeita, em especial, ao licenciamento ambiental, quando exigível segundo a lei aplicável, deve o mesmo ser obtido previamente ao lançamento da parceria.

5. Nos casos em que sejam apresentadas propostas com variantes assentes em pressupostos diferentes daqueles que serviram de base ao licenciamento ambiental, os riscos inerentes à variante correm, exclusivamente, por conta do parceiro privado.

Artigo 8.º

Partilha de riscos

1. A partilha de riscos entre as entidades públicas e privadas deve estar claramente identificada contratualmente e obedece aos seguintes princípios:

a) Os diferentes riscos inerentes à parceria devem ser repartidos entre as partes de acordo com a sua capacidade de gerir esses mesmos riscos;

b) O estabelecimento da parceria deverá implicar uma significativa e efectiva transferência de risco para o sector privado;

c) Deverá ser evitada a criação de riscos que não tenham adequada justificação na redução significativa de outros riscos já existentes;

d) O risco de insustentabilidade financeira da parceria, por causa não imputável a incumprimento ou modificação unilateral do contrato pelo parceiro público ou a situação de força maior, deve ser, tanto quanto possível, transferido para o parceiro privado.

2. Os contratos devem incluir uma matriz de riscos, conforme modelo em anexo à presente lei, a ser adaptado para cada parceria, de acordo com o tipo de contrato e a natureza e objecto da parceria, donde conste uma descrição sumária dos riscos e que permita a clara identificação da tipologia de riscos assumidos por cada um dos parceiros e a alocação da responsabilidade pela sua gestão.

Artigo 9.º

Programas sectoriais de parcerias

1. De acordo com as prioridades políticas e de investimentos sectoriais, podem ser desenvolvidos programas sectoriais de parcerias, envolvendo um conjunto articulado de projectos com recurso à gestão e ao financiamento privado, nos termos da Lei do Orçamento Geral do Estado.

2. Os regimes sectoriais especiais, a aprovar por lei, definem as normas que se revelem necessárias ou convenientes às características particulares do sector em causa, para assegurar a prossecução dos fins e o cumprimento dos pressupostos gerais da constituição de parcerias público-privadas.

3. Os regimes sectoriais especiais referidos no número anterior podem compreender:

- a) Princípios e regras económicas, financeiras e técnicas;
- b) Normas procedimentais específicas.

CAPÍTULO II

PREPARAÇÃO E LANÇAMENTO DAS PARCERIAS

Artigo 10.º

Início do processo

1. Quando um serviço de um ministério ou uma das entidades mencionadas nas alíneas b) a d) do n.º 2 do artigo 2.º pretenda dar início ao estudo e preparação do lançamento de uma parceria, deve apresentar ao membro do Governo responsável pela respectiva área sectorial uma proposta devidamente fundamentada, indicando, nomeadamente, o objecto da parceria, os objectivos que se pretendem alcançar, a sua fundamentação económica e a viabilidade financeira do projecto.

2. Caso o membro do Governo responsável pela área sectorial em causa decida dar início ao estudo e preparação da parceria, deve notificar o membro do Governo responsável pela área das finanças, indicando desde logo, consoante a complexidade do processo, dois ou três membros efectivos e um ou dois suplentes para coadjuvar a UTAP no projecto, integrando a equipa que se vier a constituir.

3. Cumprido o disposto nos números anteriores, o membro do Governo responsável pela área das finanças envia o processo à UTAP para preparação do procedimento, devendo esta constituir no seu âmbito uma equipa de projecto.

4. O estudo e a preparação da parceria devem ter em consideração a conveniência de averiguação prévia do posicionamento do sector privado (Câmara de Comércio Indústria Agricultura e Serviços - CCIAS - ou outra Instituição similar) relativamente ao tipo de parceria em estudo, tendo em vista, designadamente, a identificação de potenciais interessados e a análise das condições de mercado existentes.

Artigo 11.º

Constituição da equipa de projecto da UTAP

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, nos 5 dias subsequentes à determinação a que se refere o n.º 3 do artigo anterior, o Coordenador da UTAP designa a equipa de projecto, indicando o respectivo presidente, devendo ser integrados naquela equipa os membros indicados pelo membro do Governo responsável pela área sectorial em causa.

2. Por despacho do membro do Governo responsável pela área das finanças, o Coordenador da UTAP pode ser designado como presidente da equipa de projecto.

3. A equipa de projecto deve ser constituída por cinco ou sete membros efectivos, consoante o membro do Governo responsável pela área sectorial em causa tenha indicado dois ou três membros efectivos, e por dois ou quatro suplentes, respectivamente.

Artigo 12.º

Especificações técnicas

1. Sem prejuízo dos ajustamentos que se revelem necessários introduzir pela UTAP, compete aos serviços do ministério da área sectorial em causa ou à entidade que assume a qualidade de parceiro público, definir as especificações técnicas a incluir nas peças do respectivo procedimento.

2. Os serviços e as entidades a que se refere o número anterior, bem como os consultores e as entidades por si contratadas, devem colaborar activamente com a UTAP, designadamente na elaboração dos documentos de natureza técnica que integram as peças do respectivo procedimento.

Artigo 13.º**Competências da equipa de projecto da UTAP**

1. Compete à equipa de projecto da UTAP desenvolver os trabalhos preparatórios necessários ao lançamento da parceria.

2. Compete, designadamente, à equipa de projecto da UTAP:

- a) Elaborar a justificação do modelo a adoptar, demonstrando a inexistência de alternativas equiparáveis dotadas de maior eficiência técnica e operacional ou de maior racionalidade económica e financeira;
- b) Elaborar o estudo estratégico e económico-financeiro de suporte ao lançamento da parceria;
- c) Demonstrar a comportabilidade orçamental da parceria, tendo, designadamente, em consideração os encargos brutos gerados;
- d) Propor as soluções e medidas que considere mais consentâneas com a defesa do interesse público;
- e) Propor um procedimento de licitação para a parceria e elaborar as minutas dos instrumentos jurídicos para a realização do procedimento prévio à contratação;
- f) Promover uma eficaz articulação entre as entidades envolvidas, com vista a imprimir maior celeridade e eficácia à respectiva acção;
- g) Colaborar com as entidades incumbidas da fiscalização e acompanhamento global das parcerias.

3. Sem prejuízo do disposto no número anterior, compete ainda à equipa de projecto da UTAP demonstrar a verificação de todos os pressupostos a que se refere o n.º 1 do artigo 7.º.

4. A UTAP tem poderes para solicitar a qualquer serviço ou organismo do ministério da área sectorial em causa ou às entidades a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 2 do artigo 2.º, consoante o caso, a informação e o apoio técnico que se revelem necessários ao desenvolvimento e execução do projecto, devendo todas estas entidades prestar a informação e o apoio técnico solicitado.

5. A UTAP deve envolver activamente no desenvolvimento do projecto as entidades que venham também a assumir responsabilidades no acompanhamento e controlo da execução do contrato de parceria a celebrar, de forma que estas possam proceder, de forma eficaz, a um acompanhamento e controlo da execução do referido contrato.

Artigo 14.º**Alternativa ao lançamento de uma parceria**

Se no desenvolvimento dos trabalhos de preparação do lançamento da parceria, tendo em consideração os fins a alcançar, se configurar um diferente modelo de contratação susceptível de apresentar vantagens para o sector público, a UTAP, ouvido o órgão de gestão da entidade pública interessada, quando se trate de uma das entidades a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 2 do artigo 2.º, pode imediatamente recomendar ao Governo a utilização de um modelo de contratação diferente da parceria.

Artigo 15.º**Aprovação do lançamento da parceria**

1. Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, a UTAP, ouvido o órgão de gestão da entidade pública interessada, quando se trate de uma das entidades a que se referem as alíneas b) a d) do n.º 2 do artigo 2.º, submete à consideração dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa um relatório fundamentado, com uma proposta de decisão.

2. O relatório a que se refere o número anterior deve incluir a análise, nomeadamente, da conformidade da versão definitiva do projecto de parceria com o disposto no n.º 1 do artigo 7.º e no artigo 8.º, devendo ainda incluir a quantificação, designadamente, dos encargos brutos, directos e indirectos, para o sector público, bem como o impacto potencial dos riscos, directa ou indirectamente, afectos ao sector público.

3. Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa decidem quanto à aprovação do lançamento da parceria e respectivas condições, mediante despacho a emitir no prazo de 30 dias a contar da apresentação do mencionado relatório.

4. Sendo aprovado o lançamento da parceria, do teor do despacho conjunto, ou dos seus anexos, devem constar os seguintes elementos:

- a) A escolha do modelo de procedimento de licitação;
- b) O programa do procedimento e o caderno de encargos;
- c) A análise das opções que determinaram a configuração do projecto;
- d) A descrição do projecto e do seu modo de financiamento;
- e) A demonstração do seu interesse público;
- f) A justificação da opção pelo modelo de parceria;
- g) A demonstração da comportabilidade e do impacto dos encargos e riscos decorrentes da parceria em função da programação financeira plurianual do sector público administrativo;
- h) A declaração de impacto ambiental, quando exigível nos termos da lei aplicável.

5. A escolha do modelo de procedimento de licitação é sujeita a parecer do Tribunal de Contas sobre a sua conformidade legal, a emitir em 10 dias, devendo adequar-se às recomendações emitidas por este Tribunal.

Artigo 16.º

Procedimento de licitação

1. O regime dos procedimentos de licitação de PPP é regulado pelo disposto na presente lei e em tudo o omissso que não contradiga o constante da presente lei, pelo Regulamento de Licitações e Contratações Públicas, com as necessárias adaptações.

2. A identificação e selecção de um parceiro privado para um acordo de parceria público-privada é feita por meio de concurso, excepto em circunstâncias excepcionais previstas por lei.

3. O concurso mencionado no número anterior pode seguir uma das seguintes modalidades:

- a) Concurso público, permitindo a qualquer operador económico interessado apresentar uma proposta;
- b) Concurso com prévia qualificação, permitindo a qualquer operador económico expressar interesse ou apresentar uma resposta a uma solicitação de qualificações, sendo que somente os que cumprirem os critérios de selecção, estejam colocados em lista provisória e sejam convidados pelo Governo, poderão apresentar uma proposta.

4. Poderá ser aplicado um procedimento em duas etapas caso não seja considerado viável descrever na totalidade as características do projecto de parceria público-privada na solicitação de propostas inicial.

5. A escolha de um procedimento de ajuste directo apenas é possível em circunstâncias excepcionais devidamente fundamentadas pelo Governo.

6. Nos procedimentos de licitação de PPP é sempre possível uma fase de negociação das propostas, a regular nos documentos da licitação, antes da entrega final das propostas vinculativas revistas.

Artigo 17.º

Avaliação das propostas

1. A UTAP procede à avaliação das propostas, podendo designar uma comissão de avaliação para a coadjuvar, devendo ainda ter, entre as suas incumbências, a de avaliação, tanto quanto possível quantitativa, dos riscos e encargos em que incorre o parceiro público, directa ou indirectamente, para além da avaliação do mérito relativo das propostas, tendo especialmente em conta o tipo de avaliação prevista na alínea d) do n.º1 do artigo 7.º.

2. O apoio administrativo e técnico à comissão de avaliação de propostas, quando ela exista, é prestado pela UTAP, sem prejuízo do dever de colaboração dos serviços da entidade que procede ao lançamento da parceria no que diz respeito à análise e avaliação das soluções técnicas preconizadas nas propostas apresentadas pelos concorrentes.

Artigo 18.º

Adjudicação e reserva de não atribuição

1. A adjudicação é realizada pelo ministro da tutela sectorial, mediante prévio despacho conjunto subscrito com o Ministro da área das finanças, o qual aprecia a conclusão do relatório elaborado pela UTAP e demonstra a verificação de conformidade com o disposto no número 1.º do artigo 7.º e no artigo 8.º, bem como das menções referidas no n.º 4 do artigo 15.º.

2. A qualquer momento do processo de selecção do parceiro privado, pode dar-se por interrompido ou anulado o processo em curso, sem direito a qualquer indemnização, sempre que, de acordo com a apreciação dos objectivos a prosseguir, os resultados das análises e avaliações realizadas até então e os resultados das negociações levadas a cabo com os candidatos, não correspondam, em termos satisfatórios, aos fins de interesse público subjacentes à constituição da parceria.

3. A interrupção ou anulação do processo de constituição da parceria é decidida com observância do procedimento previsto no n.º 1, com as necessárias adaptações.

4. A interrupção do procedimento relativo à constituição da parceria é obrigatória sempre que se apresente apenas um concorrente no respectivo processo de selecção, excepto nos casos de ajuste direto.

Artigo 19.º

Aprovação e assinatura do contrato

1. Após seleccionado o vencedor, cabe à UTAP encaminhar o dossier do projecto de parceria, juntamente com a minuta de contrato, para aprovação pelos Ministros das áreas das finanças e da tutela sectorial ou seus representantes.

2. Depois da aprovação referida no número anterior, o contrato deve ser assinado pelos representantes dos Ministérios das áreas das finanças e da tutela sectorial em representação do Estado.

CAPÍTULO III

REGIME ECONÓMICO E FINANCEIRO

Artigo 20.º

Garantias financeiras de compromisso e desempenho

1. As entidades concorrentes e a contratada, no empreendimento de PPP, devem prestar garantias financeiras que assegurem o pleno cumprimento das obrigações assumidas, nomeadamente:

- a) A boa-fé e seriedade da sua participação no concurso, até à celebração do contrato;
- b) A correcta e integral implementação do empreendimento;
- c) A devolução do empreendimento, no termo ou extinção do contrato, em boas condições de conservação e operacionais.

2. A garantia financeira deve ser calculada, tendo em conta a dimensão do empreendimento e a complexidade do seu objecto, podendo ser substituída por aval, fiança ou garantia emitida por entidade de reconhecida idoneidade e capacidade financeira, mediante acordo entre as partes contratantes e consentimento expresse pelo Ministério da área das finanças.

3. O disposto no número anterior não se aplica a casos em que a legislação sectorial específica preveja a exigência de garantia similar para os mesmos efeitos dos preconizados no presente artigo.

Artigo 21.º

Garantias financeiras concedíveis a empreendimentos

1. Tratando-se de empreendimento de PPP estratégico ou de interesse sócio-económico especial para o País, e que não seja financeiramente viável por si próprio e deva o Estado contribuir para a sua viabilização económico-financeira, o Ministério da área das finanças, em nome do Governo pode:

- a) Comparticipar no seu financiamento ou prestar garantia financeira ao empreendimento;
- b) Facilitar o acesso a garantias para financiamentos solicitados junto de instituições multilaterais ou governamentais; ou
- c) Conceder subsídio ou compensação pela prestação dos seus serviços ou venda de produtos a preços ou tarifas administrativamente fixados abaixo ou à tangente do seu custo real.

2. O Governo deve, em cada proposta anual do Orçamento do Estado:

- a) inscrever a verba destinada a garantir a sua comparticipação nos investimentos de empreendimentos de PPP em que a intervenção directa do Estado se mostre imprescindível, relevante ou estrategicamente conveniente;
- b) Prever e orçamentar, em termos de valores desagregados e globais, as responsabilidades assumidas para compensação ou subsídio pelo Estado ou concessão de acesso a garantias ou a facilidades financeiras para empreendimentos de PPP claramente identificados, levando-as em conta na análise da sustentabilidade da dívida pública.

Artigo 22.º

Tipos e partilha de benefícios

1. Os benefícios aplicáveis, consoante as particularidades de cada empreendimento de PPP, compreendem os benefícios financeiros e os benefícios sócio-económicos.

2. A partilha, com equidade, dos benefícios financeiros e sócio-económicos, processa-se mediante a avaliação e fixação, no respectivo contrato, da sua dimensão e repartição entre as partes contratantes, tendo em devida conta a salvaguarda dos direitos inerentes aos financiadores, ao Estado, à economia nacional e à sociedade, em particular:

- a) A quantidade e qualidade de recursos disponibilizados por cada parte e o respectivo custo de oportunidade;
- b) O grau de responsabilidade de cada parte na viabilização e concretização das várias fases do empreendimento;
- c) O grau de risco, objectivamente avaliável, incorrido por cada parte, associado à garantia de retorno e rentabilidade dos recursos investidos;
- d) A salvaguarda da competitividade económica do País e de um ambiente de negócios favorável à atracção de investimentos, nacionais e estrangeiros;
- e) O imperativo de preservação de benefícios para as gerações presente e vindouras.

Artigo 23.º

Benefícios sócio-económicos

O contrato de concessão do empreendimento de PPP deve, ainda, conter cláusulas que especifiquem e assegurem, de forma expressa, os benefícios sócio-económicos a proporcionar por cada empreendimento, a expensas próprias deste, para a economia nacional e para a sociedade, nomeadamente, os benefícios relativos a:

- a) Criação, reabilitação ou ampliação de infra-estruturas de produção ou de prestação de serviços, em conexão ou associados ao empreendimento;
- b) Oferta de postos de trabalho e programas de formação profissional para trabalhadores nacionais, à luz do princípio da valorização da mão-de-obra nacional;
- c) Programa e acções de formação técnico-profissional e transferência de tecnologia e do "saber fazer" para o País;
- d) Incremento e manutenção da capacidade de produção, de exportação e de abastecimento de necessidades do mercado interno;
- e) Contribuição para o desenvolvimento de negócios de pequenas e médias empresas nacionais, mediante ligações empresariais e tecnológicas entre o empreendimento e tais empresas;
- f) Realização de programa de actividades ou projectos de responsabilidade, de desenvolvimento e de sustentabilidade social junto das comunidades locais.

Artigo 24.º

Princípios gerais sobre prevenção e mitigação de riscos

1. A prevenção e mitigação de riscos pelas partes contratantes, na parte que lhes cabe, constituem obrigação permanente em todo o processo do empreendimento de PPP, mediante a observância dos seguintes princípios:

- a) Os riscos inerentes a, ou decorrentes da capacidade profissional, técnica, tecnológica, comercial ou de gestão que, ocorrendo, tenham impacto negativo na prossecução dos objectivos, actividades, metas ou benefícios contratualmente acordados, são imputáveis ao parceiro privado e ao contratado, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua prevenção e mitigação e pela assunção das consequências, danos e prejuízos que possam resultar da ocorrência de tais riscos;
- b) Os riscos políticos e legislativos e de conflitos de interesse de natureza institucional e de concessão da terra e planeamento público que, ocorrendo, impliquem danos ou prejuízos efectivos para o empreendimento, são imputáveis ao Estado, cabendo-lhe a responsabilidade pela sua prevenção e mitigação e pela assunção das consequências, danos e prejuízos que possam resultar da ocorrência de tais riscos.

2. Em qualquer das fases do processo de aprovação, implementação e gestão do empreendimento de PPP e do respectivo contrato deve ser vedada a ocorrência de qualquer tipo de riscos referidos nos artigos seguintes, devendo, assim, as partes contratantes, o Governo e demais entidades competentes, nas respectivas áreas de actuação e responsabilidade, prevenir e vedar a sua ocorrência.

Artigo 25.º

Responsabilidade de mitigação de riscospelo Governo e pelo contratante

1. O Governo e a entidade contratante devem garantir a prevenção e a mitigação da ocorrência dos seguintes riscos:

- a) Políticos e legislativos, decorrentes da tomada unilateral, pelo Governo ou instituições públicas, de medidas ou prática de actos com efeitos negativos e adversos à normal implementação, exploração e gestão do empreendimento de PPP ou à sua competitividade e viabilidade económica e financeira;
- b) De conflitos de interesses de natureza institucional decorrentes da concentração ou acumulação, total ou parcial, numa mesma entidade pública, das funções de autoridade reguladora e de concedente e, bem assim, de sócio ou accionista na contratada;
- c) Relativos à concessão da terra e ao planeamento público.

2. O Governo assume, ainda, nos casos aplicáveis, as implicações decorrentes da concessão ou facilitação do acesso dos empreendimentos de PPP a garantias ou facilidades financeiras permitidas, nos termos da presente lei.

Artigo 26.º

Responsabilidade de mitigação de riscospelo parceiro privado e pelo contratado

1. O parceiro privado e a entidade contratada são responsáveis por garantir, no empreendimento de PPP, a prevenção e a mitigação da ocorrência de qualquer dos seguintes riscos:

- a) Riscos de conflitos de interesses, em que algum deles ou ambos sejam ou tenham sido parte responsável ou cúmplice na ocorrência de tais riscos, designadamente:
 - (i) conflitos de interesses empresariais e políticos, decorrentes da interferência entre os interesses do empreendimento ou do parceiro privado e os interesses privados de titulares do poder ou defunções políticas, governamentais ou de outras funções de autoridade;
 - (ii) conflitos de interesses de natureza empresarial, decorrentes da interferência entre os interesses do empreendimento ou do parceiro público e os interesses, poderes, funções ou conexões de sócio ou accionista ou de membro do órgão de administração, direcção ou gestão empresarial;
- b) Riscos económico-financeiros, designadamente:

- (i) riscos financeiros e cambiais inerentes ao empreendimento;
- (ii) riscos fiduciários, decorrentes da indevida utilização de recursos financeiros disponibilizados para aplicação no empreendimento;
- (iii) riscos de insustentabilidade da dívida do empreendimento;
- (iv) riscos fiscais, decorrentes da sonegação e evasão fiscais ou da assunção e gozo de prerrogativas não previstas na legislação fiscal vigente aplicável;
- c) Riscos de concepção, desenho, engenharia e construção deficientes, relativos ao empreendimento;
- d) Riscos comerciais, de gestão e de desempenho do empreendimento;
- e) Riscos de queda da procura ou oferta de mercado, com exclusão de situações excepcionais contratualmente acordadas;
- f) Riscos de delapidação do valor residual dos activos do empreendimento;
- g) Riscos de impacto ambiental, decorrentes de factos posteriores à tomada de posse do empreendimento pelo parceiro privado ou entidade contratada.

2. Os trâmites a observar pelo parceiro privado e pela entidade contratada para documentar e informar sobre os riscos identificados e a respectiva proposta de rectificação devem ser claramente fixados, no contrato, tendo em conta o fixado no n.º 2 do artigo 8.º e a matriz de risco em anexo à presente lei, devendo ainda o parceiro privado e a entidade contratada manter essa informação permanentemente actualizada ao longo de todo o período de vigência do contrato, assegurando que novos riscos que possam surgir sejam de imediato identificados e propostas de rectificação sejam apresentadas.

Artigo 27.º

Responsabilidade de mitigação de efeitos de eventos de força maior

Os efeitos decorrentes de eventos de força maior devem ser objecto de mitigação em termos justos para ambas as partes, contratante e contratada, bem como para terceiros afectados, atendendo à responsabilidade, obrigações e direitos contratualmente assumidos e aplicáveis a cada parte.

Artigo 28.º

Criação de um fundo de garantia

1. Quando se entenda como possível e desejável, a execução financeira das parcerias pode vir a ser garantida por um fundo público especial, denominado Fundo de Garantia das Parcerias Público-Privadas, a ser criado pelo Governo, com a finalidade de prover às eventuais obrigações pecuniárias contraídas pelo Estado no âmbito das parcerias que, por questões ou por factos de natureza económica extraordinária, não possam ser providas pelos recursos específicos alocados pelo Estado na implementação de determinada parceria.

2. O processo de concepção, de estruturação e de implementação do Fundo é conduzido pelo ministério responsável pela área das finanças.

CAPÍTULO IV

FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS PARCERIAS

Artigo 29.º

Fiscalização e acompanhamento das parcerias

1. Incumbe aos ministros das áreas das finanças e da tutela sectorial, proceder ao acompanhamento permanente das parcerias, tendo por objectivo avaliar os seus custos, riscos e melhorar o processo de constituição de novas parcerias.

2. Os poderes de acompanhamento, fiscalização e controlo da execução das parcerias são exercidos pela UTAP, podendo o Ministro da área das finanças para as matérias económicas e financeiras e o Ministro da tutela sectorial para as demais vir a indicar outras entidades ou serviços que devam coadjuvar a UTAP nessas competências.

3. Os poderes atribuídos nos termos do n.º 2 não prejudicam os poderes atribuídos na lei e ou nos contratos a outras entidades, para acompanhar, fiscalizar, controlar a execução e determinar auditorias às parcerias.

Artigo 30.º

Divulgação e transparência

1. Os Ministros da área das finanças e da tutela sectorial tomam as providências necessárias para uma eficaz divulgação dos conhecimentos adquiridos pela UTAP e pelas outras entidades que venham a ser incumbidas do acompanhamento das parcerias, bem como para uma crescente colaboração entre todas as entidades envolvidas na parceria.

2. O Governo remete à Assembleia Nacional e ao Tribunal de Contas, com periodicidade anual, relatórios de desempenho dos contratos de parceria público-privada que, ressalvadas as informações

classificadas como sigilosas, devem ser disponibilizados ao público, através de meio próprio de publicitação.

Artigo 31.º

Acompanhamento inicial

1. Quando a complexidade, o valor ou o interesse público da parceria o justifiquem, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa podem determinar à UTAP que constitua uma equipa específica para acompanhar a fase inicial da execução do contrato, mediante despacho conjunto que fixa o âmbito da missão atribuída à referida equipa, em estreita articulação com a UTAP.

2. Quando deva existir uma equipa de acompanhamento, esta é constituída pela UTAP nos termos do disposto no artigo 11.º, com as necessárias adaptações.

Artigo 32.º

Alterações das parcerias

1. Fica sujeita ao disposto nos artigos seguintes qualquer alteração que, após a selecção do parceiro privado ou na vigência do respectivo contrato, por acordo dos dois parceiros ou por iniciativa de qualquer deles, ao abrigo de qualquer disposição legal ou contratualmente aplicável, se pretenda introduzir nos termos da parceria ou nos compromissos a assumir ou já assumidos pelas partes.

2. Qualquer alteração a um contrato em regime de parceria público-privada deve constar de aditamento ao mesmo e ser sujeito às mesmas formalidades.

3. Caso o contrato inicial tenha sido sujeito a visto do Tribunal de Contas, os seus aditamentos não necessitam de visto, mas devem ser remetidos a este Tribunal.

Artigo 33.º

Acréscimo e redução de encargos

1. Quando o parceiro público pretenda, nos termos fixados no contrato ou na lei, e sem prejuízo da observância do regime jurídico relativo à realização de despesas públicas, proferir uma determinação unilateral susceptível de fundamentar um pedido de reposição do equilíbrio financeiro do contrato de parceria, deve, previamente, estimar os efeitos financeiros decorrentes dessa determinação e verificar a correspondente comportabilidade orçamental, solicitando parecer à UTAP.

2. Sem prejuízo da observância do regime jurídico relativo à realização de despesas públicas, carece de despacho prévio de concordância dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa, a emitir no prazo de 20 dias a contar da data da recepção do parecer da UTAP, qualquer decisão do parceiro público, no âmbito da execução do respectivo contrato e das condições aí fixadas, susceptível de gerar:

- a) Um acréscimo dos encargos previstos para o sector público;
- b) Uma redução de encargos para o parceiro privado.

3. Para efeitos do disposto no número anterior, o pedido do serviço ou entidade que representa o parceiro público na execução do contrato em causa deve ser apresentado na UTAP, acompanhado da respectiva fundamentação, do orçamento apresentado pelo parceiro privado e das condições de execução e de pagamento.

4. No caso de os membros do Governo a que se refere o n.º 2 não aceitarem o orçamento apresentado ou as respectivas condições de execução e de pagamento, bem como as eventuais alterações que, entretanto, ocorram em função de um processo negocial, o parceiro público, obtido o despacho de concordância daqueles membros do Governo, a emitir no prazo de 30 dias a contar da data da recepção do parecer da UTAP a que se refere o número seguinte, pode, unilateralmente e nos termos fixados no contrato ou na lei, tomar a decisão que acautele em melhores condições o interesse público.

5. Para efeitos do disposto no número anterior, deve ser emitido um novo parecer pela UTAP.

6. A UTAP deve emitir os pareceres a que se referem os números anteriores no prazo de 15 dias a contar da recepção de todos os elementos exigidos.

Artigo 34.º

Distribuição de benefícios, reposição de equilíbrio financeiro e renegociação de contrato

1. Pode haver lugar a uma renegociação da parceria, quando, nos termos de contrato de parceria já celebrado, se verifiquem ou sejam invocados factos susceptíveis de fundamentar uma partilha de benefícios ou a sua integral atribuição ao parceiro público ou a reposição de equilíbrio financeiro do contrato.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, o serviço ou entidade que representa o parceiro público deve apresentar ao membro do Governo responsável pela área do sector em causa uma proposta, devidamente fundamentada, indicando, nomeadamente, os fundamentos para o início do processo negocial e os objectivos que se pretende alcançar.

3. Caso o membro do Governo responsável pela área do sector em causa decida dar início ao processo negocial, deve notificar o membro do Governo responsável pela área das finanças com vista à remessa do

processo à UTAP e eventual constituição de uma comissão de negociação por esta, consoante a complexidade do processo, sendo, nesse caso, solicitado ao membro do Governo responsável pela área do sector em causa a indicação de dois ou três membros efectivos e um ou dois suplentes para integrar aquela comissão.

4. Quando tomar conhecimento de que se verifica uma das situações previstas no n.º 1 sem que, entretanto, tenha sido apresentada a proposta a que se refere o n.º 2, a UTAP deve informar, de imediato, os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa.

Artigo 35.º

Negociação

1. Compete à UTAP desenvolver as acções que se revelem necessárias à conclusão do processo negocial.

2. Compete, designadamente, à UTAP:

- a) Representar o parceiro público nas sessões de negociação com o parceiro privado;
- b) Promover, durante o processo negocial, uma eficaz articulação com o serviço ou entidade que representa o parceiro público no contrato, com vista a imprimir maior celeridade e eficácia ao desenvolvimento e conclusão do correspondente processo;
- c) Negociar as soluções e medidas que considere mais consentâneas com a defesa do interesse público;
- d) Quando aplicável, demonstrar a comportabilidade orçamental das soluções preconizadas e quantificar, de forma discriminada, os encargos para o sector público, bem como proceder à estimativa do impacto potencial da eventual alteração da matriz de riscos ou de novos riscos, directa ou indirectamente, afectos ao sector público;
- e) Elaborar o projecto de relatório a submeter à aprovação superior, devendo no mesmo fundamentar os consensos obtidos e ou as soluções que propõe;
- f) Apresentar as minutas dos instrumentos jurídicos que se revelem necessários à conclusão do processo negocial;
- g) Assegurar a manutenção do cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 7.º e no artigo 8.º.

3. Quando a UTAP constitua uma comissão de negociação, é aplicável à comissão, com as necessárias adaptações, o regime previsto no artigo 11.º.

Artigo 36.º

Aprovação do relatório da negociação

1. A UTAP, ouvido o órgão de gestão da entidade pública interessada, quando for o caso, submete à consideração dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa um relatório fundamentado sobre os resultados do processo negocial, com uma proposta de decisão.

2. O relatório a que se refere o número anterior deve ser acompanhado dos projectos dos instrumentos jurídicos necessários à concretização da proposta de decisão apresentada.

3. Os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e do sector em causa decidem quanto à aprovação do relatório, mediante despacho a emitir no prazo de 30 dias a contar da recepção do mesmo.

Artigo 37.º

Intervenção do Tribunal de Contas

Os contratos em regime de PPP estão sujeitos à fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos da lei da fiscalização prévia de actos e contratos que importem despesa pública.

Artigo 38.º

Resolução de litígios

1. Os litígios emergentes das relações estabelecidas no âmbito das parcerias público-privadas, podem ser submetidos à arbitragem nacional ou internacional, nos termos da Lei Sobre a Arbitragem Voluntária em vigor.

2. Na falta de entendimento entre as partes, recorre-se ao Tribunal competente da Comarca de São Tomé.

Artigo. 39.º

Consultores externos

1. Sem prejuízo da observância do regime jurídico relativo à realização de despesas públicas, a decisão de contratar consultores para apoio no âmbito do processo de parcerias público-privadas deve identificar ou conter:

- a) As razões objectivas que justifiquem essa contratação e a correspondente delimitação, em termos claros e precisos, do âmbito de intervenção do consultor externo;

b) Os encargos para o parceiro público ou para o Estado previsivelmente decorrentes dessa contratação e sua cabimentação orçamental;

c) O procedimento a adoptar na selecção do consultor externo, nos termos da lei.

2. Para efeitos de verificação da inexistência de conflitos de interesses, o consultor deve divulgar por escrito ao Ministério tutelar da área das finanças todos os interesses pessoais e materiais que detenha ou adquira e que entrem ou possam entrar em conflito com o bom desempenho dos seus deveres.

3. O consultor externo que venha a prestar serviços de consultoria ao parceiro público na preparação, avaliação, acompanhamento, renegociação ou outra intervenção referente a uma determinada parceria público-privada e que, deste modo, lhe permite o acesso à informação não disponível publicamente, fica impedido de prestar assessoria ao parceiro privado ou a qualquer entidade que se apresente como concorrente no âmbito dessa parceria.

4. A inobservância do disposto no n.º 3 é causa de exclusão do concorrente de qualquer procedimento tendente à adjudicação da parceria ou de cessação antecipada da mesma, sem prejuízo da indemnização a que o parceiro público possa ter direito, nos termos legais ou contratuais aplicáveis.

CAPÍTULO V

UNIDADES TÉCNICAS DE APOIO ÀS PARCERIAS PÚBLICOS-PRIVADAS

Artigo 40.º

Criação, Natureza e Composição

1. É criada, no âmbito do ministério tutelar da área das finanças, uma Unidade Técnica de Apoio às Parcerias Público-Privadas (UTAP).

2. A UTAP é uma entidade administrativa dotada de autonomia administrativa, dependendo directamente do membro do Governo responsável pela área das finanças.

3. O Governo, por resolução do Conselho de Ministros, designa o Coordenador e os membros da UTAP, que podem ser requisitados a outras entidades da administração pública.

Artigo 41.º

Missão e competências

1. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades e do disposto no n.º 3, a UTAP tem por missão participar na preparação, desenvolvimento, execução e acompanhamento global de processos de parcerias, bem como prestar apoio técnico ao Ministério tutelar da área das finanças e, nos termos previstos no presente diploma, a outras entidades em processos daquela natureza.

2. São, designadamente, competências da UTAP:

a) Assegurar que a experiência e o conhecimento adquiridos pelo sector público nas matérias relacionadas com as parcerias permanecem na UTAP e estejam disponíveis para outras entidades públicas;

b) Estudar e preparar processos de lançamento de parcerias;

c) Prestar apoio técnico aos membros do Governo e a outras entidades públicas, no âmbito das parcerias;

d) Proceder ao acompanhamento global das parcerias;

e) Designar equipas de projectos para o estudo, preparação e lançamento de parcerias, as comissões de avaliação de propostas, bem como as equipas para acompanhar a fase inicial de execução de contratos de parcerias, quando entenda necessário ou lhe seja determinado;

f) Designar comissões de negociação relativas a processos de parcerias;

g) Dirigir e prestar apoio técnico e administrativo às equipas de projectos e às comissões a que se referem as alíneas anteriores;

h) Apresentar ao membro do Governo responsável pela área das finanças os relatórios previstos no presente diploma, bem como outros estudos que superiormente lhe sejam solicitados relativos a parcerias;

i) Emitir os pareceres que lhe forem solicitados e executar as tarefas que lhe forem determinadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças no âmbito das parcerias;

j) Assumir a qualidade de gestora de contrato de parceria, nos termos previstos no artigo seguinte;

k) Proceder ao acompanhamento dos processos arbitrais ou judiciais relativos às parcerias, disponibilizando, designadamente, todo o apoio técnico que lhe for solicitado pelos mandatários do parceiro público;

l) Informar o membro do Governo responsável pela área das finanças da situação económico-financeira dos contratos de parcerias e da sua evolução;

m) Identificar situações susceptíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do sector público;

n) Recolher, tratar e centralizar a informação económico-financeira e de repartição de riscos relativa a contratos de parcerias a celebrar ou já celebrados;

o) Elaborar modelos de documentos e apresentar recomendações susceptíveis de se revelarem úteis às diversas entidades que se encontrem envolvidas no lançamento, acompanhamento e gestão de parcerias;

- p) Promover a publicitação em sítio próprio de matérias de interesse relacionadas com processos de parcerias;
- q) Promover acções de formação, em particular dirigidas aos quadros técnicos das entidades públicas que participam em processos de parcerias;
- r) Optimizar os recursos técnicos disponíveis no sector público, contribuindo para a redução do recurso à consultadoria externa;
- s) Acompanhar as experiências internacionais no âmbito das parcerias, estabelecendo relações com entidades regionais e internacionais que intervenham nesta área;
- t) Elaborar e apresentar à tutela um relatório anual sobre todas as PPP em vigor, descrevendo cada uma, as vicissitudes ocorridas e previstas e a evolução dos encargos assumidos e previsíveis para o parceiro público.

3. Por despacho conjunto dos ministros responsáveis pela área das finanças e do sector em causa, e nos termos por estes definidos, a UTAP pode prestar apoio técnico no desenvolvimento, contratação e acompanhamento de grandes projectos de infra-estruturas, não enquadráveis na definição de parceria público-privada, susceptíveis de serem financiados pelo sector público ou gerarem encargos para este.

4. Para efeitos do disposto no número anterior, consideram-se grandes projectos aqueles que envolvam, em termos previsionais, para toda a sua duração, um encargo bruto para o sector público igual ou superior a 1 milhão de euros ou um investimento igual ou superior a 5 milhões de euros, convertidos em dobras, a valores actualizados para o momento anterior à decisão de lançamento do projecto, de acordo com as taxas de actualização fixadas pelo membro do Governo responsável pela área das finanças para efeitos de avaliação deste tipo de projectos.

Artigo 42.º

Objectivos

O acompanhamento, pela UTAP, tem, designadamente, os seguintes objectivos:

- a) Assegurar a continuidade e unidade do conhecimento dos projectos, de forma a dotar o sector público de uma adequada capacidade negocial;
- b) Assegurar que permaneça no sector público o conhecimento dos projectos, contribuindo-se, assim, para a progressiva redução tendente à eliminação do recurso à consultadoria externa;
- c) Recolher, tratar e centralizar a informação económico-financeira relativa a contratos de parcerias a celebrar ou celebrados;
- d) Informar o membro do Governo responsável pela área das finanças da situação económico-financeira dos contratos de parcerias e da sua evolução;
- e) Dotar o Ministério tutelar da área das Finanças de adequados instrumentos de informação susceptíveis de contribuir para as decisões políticas relacionadas com parcerias;
- f) Identificar situações susceptíveis de contribuir para um eventual agravamento do esforço financeiro do sector público;
- g) Contribuir para a prevenção da ocorrência das situações a que se refere a alínea anterior;
- h) Contribuir para melhorar o processo de constituição de novas parcerias;
- i) Contribuir para uma eficaz divulgação da experiência recolhida no âmbito do sector público;
- j) Avaliar os resultados de contratos de parceria celebrados, designadamente comparando-os, quando possível, com aqueles que são alcançados por outras entidades públicas ou privadas que desenvolvem actividades de natureza semelhante.

Artigo 43.º

Apoio técnico e gestão de contratos

1. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, para além das atribuições que lhe são conferidas pelo presente diploma, a UTAP, no âmbito de processos de parcerias e por determinação dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da parceria em causa, segundo as condições por estes definidas, pode:

- a) Prestar apoio técnico na gestão de contratos celebrados pelas entidades a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º;
- b) Assumir a qualidade de entidade gestora de contrato celebrado por qualquer uma das entidades a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º.

2. A UTAP, por iniciativa própria, pode promover a realização de acções de formação profissional.

3. Tratando-se de entidades a que se refere a alínea d) do n.º 2 do artigo 2.º, o apoio técnico e a assunção da qualidade de entidade gestora a que se referem as alíneas a) e b) do n.º 1 devem ser solicitados pelo respectivo órgão de gestão aos membros do Governo responsáveis pelas áreas da parceria em causa e das finanças.

4. Os membros do Governo a que se referem os números anteriores podem determinar que os custos, incluindo os de pessoal, com as actividades a que se refere o n.º 1 sejam total ou parcialmente suportados pelas entidades públicas que delas beneficiem.

Artigo 44.º

Matérias económico-financeiras

1. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, incumbe à UTAP, nas matérias económico-financeiras, proceder ao registo dos encargos financeiros estimados e assumidos pelo sector público no âmbito das parcerias, bem como acompanhar permanentemente a situação e evolução dos respectivos contratos.

2. A UTAP, até ao dia 20 do mês subsequente de cada trimestre, elabora e submete à apreciação do membro do Governo responsável pela área das finanças um relatório sobre a situação dos encargos estimados e assumidos pelo sector público, complementado pelos elementos que julgue relevantes relacionados com os contratos e processos em execução.

3. A UTAP assegura aos serviços competentes do ministério tutelar da área das finanças o acesso, em tempo real, à base de dados que regista os encargos a que se refere o n.º 1.

Artigo 45.º

Acompanhamento de processos arbitrais ou judiciais

1. Compete, igualmente, à UTAP proceder ao acompanhamento dos processos arbitrais ou judiciais relativos às parcerias, disponibilizando, designadamente, todo o apoio técnico que lhe for solicitado pelos mandatários do parceiro público e pelas entidades públicas.

2. Para efeitos do disposto no número anterior, devem os parceiros públicos dar conhecimento à UTAP, no prazo de 3 dias, de qualquer pedido de submissão de litígio a arbitragem ou a Tribunal, mantendo a UTAP informada do desenrolar de todo o processo.

Artigo 46.º

Prestação de informação

Para efeitos do disposto nos artigos anteriores, as entidades a que se refere o n.º 2 do artigo 2.º e os parceiros privados devem prestar toda a informação e fornecer todos os elementos solicitados pela UTAP, nos termos e nos prazos por esta definidos.

CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 47.º

Aplicação à Região Autónoma do Príncipe e às Autarquias Locais

1. O regime de PPP pode ser aplicado pela Região Autónoma do Príncipe e pelas Autarquias Locais, com as devidas adaptações nas competências dos órgãos de governo próprio regionais e locais.

2. A Região e as Autarquias Locais podem solicitar à UTAP apoio para a preparação, lançamento, fiscalização, acompanhamento, alterações e litígios das respectivas PPP.

Artigo 48.º

Aplicação imediata

1. A presente lei aplica-se a todas as parcerias público-privadas, mesmo as que se encontrem já em execução, embora quanto a estas apenas a partir da sua entrada em vigor e para as prestações ainda não executadas.

2. A UTAP deve analisar as parcerias público-privadas já em execução para verificar se as mesmas detêm um regime substancialmente diverso do previsto na presente lei, podendo propor nesse caso ao membro do Governo responsável pela área das finanças o início de um procedimento de renegociação tendente à sua adaptação à presente lei, conforme os artigos 25.º e seguintes.

Artigo 49.º

Legislação subsidiária

Em tudo o que não se encontra regulado na presente lei aplicar-se-á, com as devidas adaptações, as disposições previstas no Regulamento de Licitação e Contratações Públicas.

Artigo 50.º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data da sua publicação no *Diário da República*.

ANEXO
Modelo de Matriz de Risco
(n.º 2 do artigo 8.º)

TIPO	DESIGNAÇÃO	FASE	ALOCACÃO		NÍVEL		CLÁUSULA DO CONTRATO
			PÚBLICO	PRIVADO	PROBABILIDADE	IMPACTO	

Feito em São Tomé, aos 29 de Outubro de de 2017.

Projecto de lein.º 28/X/7.ª/2017 – Nova Lei Monetária

Nota explicativa

A existência de moeda própria constitui uma das expressões de soberania de um Estado. Neste sentido, foi aprovada a Lei Monetária de São Tomé e Príncipe pelo Decreto-Lei n.º 28/77 de 22 de Setembro e vinte anos depois, foi introduzida a primeira alteração, através do Decreto-Lei n.º 19/97 de 4 de Agosto.

A Actual Família da Dobra encontra-se em circulação há quase duas décadas sem a devida actualização e com elevados riscos para o País, tendo em conta a possibilidade de contrafacção da mesma.

Cientes da necessidade de convergir para a prática internacional em matéria de substituição de família de notas e moedas em circulação, seguida em diversos países e assente em relativa regularidade;

Reconhecendo que a actual conjuntura macroeconómica apresenta-se propícia para a realização da reforma monetária, incluindo corte de zeros e a consequente redução do número de dígitos nas notas e moedas da Dobra, adoptando-se para o efeito uma nova família, assim como a introdução de uma nota de maior valor facial, com vista a melhorar a confiança na moeda nacional e facilitar as transacções de volume mais elevado;

Neste contexto, afigura-se necessária uma componente jurídica passível de permitir a adaptação à nova fase de integração económica e, por conseguinte, proporcionar a necessária segurança jurídica aos cidadãos.

Assim, uma vez instituída a Nova Família da Dobra, através do Decreto-Lei n.º 06/2016, de 21 de Outubro, no qual se estabelece as características das notas e moedas, bem como o Decreto-Lei n.º 11/2016, de 16 de Novembro que fixa a Taxa de Conversão, da Actual Família da Dobra para a Nova Família, estabelecendo a relação de 1/1000, justifica-se a alteração da Lei Monetária.

É, pois, neste quadro que passamos a enunciar os principais aspectos do projecto de Decreto-Lei que estabelece a alteração da Lei Monetária de São Tomé e Príncipe:

1. Define os valores faciais da nova família da Dobra, nomeadamente notas e moedas metálicas;

2. Regula para todos os efeitos referidos a Nova Família da Dobra, as disposições legais, designadamente documentos públicos e particulares em que se mencione a Actual Família da Dobra;
3. Define condutas tipificadas como crimes, sem prejuízo de outras disposições legais, relativas a esta matéria;
4. Estabelece o limite do poder liberatório das moedas, não sendo obrigatório receber em pagamento, mais do que 250 moedas, por denominação.
5. Revoga a Lei Monetária, aprovada pelo Decreto-Lei 28/77 de 30 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 19/97, bem como toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Preâmbulo

Considerando que a existência de moeda própria constitui uma das expressões de soberania de um Estado;

Considerando que o Decreto-Lei n.º 28/77 de 22 de Setembro, publicado no *Diário República* n.º 38 que aprova a Lei Monetária sofreu varias alterações ao longo dos anos, o que determinou a revogação parcial de muitos dos seus artigos, justificando por isso uma actualização;

Considerando a entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 06/2016, de 21 de Outubro que cria a Nova Família da Dobra, com características próprias, designadamente a redução do número de dígitos e introdução de uma nota de maior denominação, bem como do Decreto-Lei n.º 11/2016, de 16 de Novembro que cria a Taxa de Conversão, da Actual Família da Dobra para a Nova Família, estabelecendo a relação de 1/1000;

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

Artigo 1.º

Unidade monetária

A unidade monetária nacional é a Dobra, cuja abreviatura é Dbs.

Artigo 2.º

Unidadedivisória

1. A unidade de divisão da dobra é o cêntimo, correspondendo cada dobra a cem cêntimos.
2. O cêntimo é abreviadamente representado pelas siglas “ct”.

Artigo 3.º

Designação numérica

1. Os valores em dobra, quando expressos em algarismos, devem ter uma vírgula a separar a parte inteira da parte decimal.
2. Sendo o valor em dobra expresso em algarismos e caso se pretenda utilizar a abreviatura Db, esta deverá anteceder os algarismos que traduzem o valor em dobra.
3. Nos valores expressos apenas em cêntimos, a abreviatura “ct” deve suceder os algarismos.

Artigo 4.º

Denominações

1. A Dobra é materialmente representada por notas e moedas metálicas.
2. As notas a que se reporta o número anterior terão os seguintes valores faciais:
 - a) Cincodobras.....Db 5,00
 - b) Dezdobras..... Db 10,00
 - c) Vintedobras..... Db 20,00
 - d) Cinquentadobras.... Db 50,00
 - e) Cemdobras..... Db 100,00
 - f) Duzentasdobras.... Db 200,00
3. As moedas metálicas a que se reporta o número anterior terão os seguintes valores faciais:
 - a) Dezcêntimos 10 ct
 - b) Vintecêntimos 20 ct
 - c) Cinquentacêntimos ... 50 ct
 - d) Uma dobra Db 1
 - e) Duasdobras..... Db 2

Artigo 5.º

Emissão monetária

O montante da emissão monetária, ou seja, o volume da circulação fiduciária, está sujeita às regras fixadas de acordo com o estipulado pela Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe.

Artigo 6.º

Curso legal

1. As notas e moedas metálicas da Dobra têm curso legal obrigatório dentro do Território Nacional.
2. Para efeitos do disposto no número anterior, o curso legal é a capacidade que as notas e moedas têm para serem utilizadas como meio de pagamento num dado território, no qual é obrigatória a sua aceitação pelo valor nominal.

Artigo 7.º

Poder liberatório

1. As notas têm no País poder liberatório ilimitado, nos termos da Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe.
2. O poder liberatório das moedas é limitado, no sentido em que não se pode obrigar ninguém a receber em pagamento, mais do que 250 moedas, por denominação.

Artigo 8.º

Relação contratual

São considerados, para todos os efeitos referidos à Nova Família da Dobra, as disposições legais, os documentos públicos ou particulares em que se mencione a Actual Família da Dobra.

Artigo 9.º

Retirada de notas de circulação

Compete ao Banco Central de São Tomé e Príncipe definir as condições em que devem ser trocadas as notas rasgadas, mutiladas ou deterioradas.

Artigo 10.º

Saída da Dobra do Território Nacional

A saída de notas e moedas da Dobra do Território Nacional está sujeita aos limites impostos na legislação a definir pelo Banco Central.

Artigo 11.º

Infracções e crimes

1. Constitui matéria de crime, sem prejuízo de outras disposições legais, designadamente:
 - a) Os actos de mera tentativa de falsificação ou alteração das características das notas e moedas emitidas, bem como a mera convivência com tais actos;
 - b) Os actos de lançamento, passagem e utilização em pagamentos de notas e moedas falsificadas por outrem, havendo da parte dos intervenientes conhecimento desse facto;
 - c) Os actos que visem a entrada e saída ilegal do País de moeda nacional.
 - d) Todos os outros aspectos consignados na Lei Orgânica do Banco Central de São Tomé e Príncipe sobre esta matéria.
2. São ainda punidos todos os outros actos previstos no Código Penal ou em legislação especial, relativas a esta matéria.

Artigo 12.º

Disposição Revogatória

É revogada a Lei Monetária, aprovada pelo Decreto-Lei 28/77, de 22 de Setembro, publicado no *Diário da República* n.º 38, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 19/97, de 04 de Agosto, bem como toda a legislação que contrarie o disposto no presente diploma.

Artigo 13.º

Vigência

A presente Lei entra vigor após a sua publicação.

São Tomé, aos 27 dias do mês de Outubro de 2017.

Nota Explicativa

Nos últimos tempos, o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e o crime organizado têm adquirido importância cada vez maior no direito internacional, representando temas de relevância primordial para as diferentes organizações internacionais e regionais e os seus respectivos Estados-membros, pois o seu grau de incidência tem aumentado de forma galopante, contendo aspectos susceptíveis de comprometerem a integridade e estabilidade das instituições financeiras e não financeiras, bem como dos diferentes bens jurídicos a serem salvaguardados.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, seguidos dos ocorridos na África e na Europa, fizeram com que o sistema internacional se movimentasse no sentido de um esforço global, de modo a não permitir, ou ao menos dificultar a acção dos grupos terroristas.

Tendo em conta que estes fenómenos ocorrem com frequência num contexto internacional, as medidas adoptadas exclusivamente a nível nacional nem sempre revelam-se suficientes.

Assim, um dos objectivos anunciados deste diploma é, precisamente, seguir os padrões adoptados internacionalmente no Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, em particular as recomendações revistas em 2012, do Grupo de Acção Financeira ("GAFI"), bem como incorporar as resoluções 1267 (1999) e 1373 (2001) do Conselho de Segurança das Nações Unidas (que dispõe, entre outras medidas, que todos os Estados devem prevenir e reprimir o financiamento de actos terroristas, criminalizar o financiamento de tais actos, congelar fundos, bens financeiros ou outros recursos económicos de pessoas e entidades envolvidas nesses actos e proibir aos seus nacionais ou a quaisquer pessoas ou entidades no seu território de disponibilizarem tais fundos a alguém envolvido em actividades terroristas, e a proliferação de armas de destruição em massa) para o quadro jurídico nacional, e efectuar o consequente reforço das disposições da Lei n.º 8/2013, de 15 de Outubro de 2013.

Preâmbulo

Nos últimos tempos, o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e o crime organizado têm adquirido importância cada vez maior no direito internacional, representando temas de relevância primordial para as diferentes organizações internacionais e regionais e os seus respectivos Estados-membros, pois o seu grau de incidência tem aumentado de forma galopante, contendo aspectos susceptíveis de comprometerem a integridade e estabilidade das instituições financeiras e não financeiras, bem como dos diferentes bens jurídicos a serem salvaguardados.

Os atentados terroristas de 11 de Setembro de 2001, seguidos dos ocorridos na África e na Europa, fizeram com que o sistema internacional se movimentasse no sentido de um esforço global, de modo a não permitir, ou ao menos dificultar a acção dos grupos terroristas.

Tendo em conta que estes fenómenos ocorrem com frequência num contexto internacional, as medidas adoptadas exclusivamente a nível nacional nem sempre se revelam suficientes.

Assim, um dos objectivos anunciados deste diploma é, precisamente, seguir os padrões adoptados internacionalmente no Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo, em particular as recomendações revistas em 2012, do Grupo de Acção Financeira ("GAFI"), bem como incorporar as resoluções 1267 (1999) e 1373 (2001), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, (que dispõe, entre outras medidas, que todos os Estados devem prevenir e reprimir o financiamento de actos terroristas, criminalizar o financiamento de tais actos, congelar fundos, bens financeiros ou outros recursos económicos de pessoas e entidades envolvidas nesses actos e proibir aos seus nacionais ou a quaisquer pessoas ou entidades no seu território de disponibilizarem tais fundos a alguém envolvido em actividades terroristas, e a proliferação de armas de destruição em massa) para o quadro jurídico nacional, e efectuar o consequente reforço das disposições da Lei n.º 8/2013, de 15 de Outubro de 2013.

A Assembleia Nacional decreta, nos termos da alínea b) do artigo 97.º da Constituição, o seguinte:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º Objecto

A presente Lei estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva contra o terrorismo e o seu financiamento, a proliferação de armas de destruição em massa e incorpora as disposições relativas às resoluções 1267 (1999), 1373 (2001), do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Artigo 2.º

Definições

Para os fins do presente diploma, entende-se por:

- a) **“Acto Terrorista”**: qualquer acto destinado a ofender ou pôr em perigo a independência ou a integridade territorial do País, destruir, alterar ou subverter o Estado de Direito Democrático constitucionalmente consagrado, ou ainda, criar um clima de agitação ou de perturbação social ou forçar a autoridade pública; a praticar um acto; a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou a intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral, mediante:
 - i. crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;
 - ii. crime contra a segurança dos transportes e respectivas infra-estruturas e das comunicações, incluindo as informáticas, telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão;
 - iii. crime de produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de obra ou construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivo;
 - iv. actos que destruam ou que impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, total ou parcialmente, meios ou vias de comunicação, infra-estruturas, instalações de serviços públicos ou destinadas ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população;
 - v. investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas;
 - vi. crimes que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, biológicas ou químicas, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas, sempre que pela sua natureza ou pelo contexto em que são cometidos, estes crimes sejam susceptíveis de afectar gravemente o Estado ou a população que se vise intimidar.
- b) **“Armas de destruição em massa”**: inclui para além das armas químicas e biológicas, todos os sistemas capazes de as transportar a grandes distâncias, nomeadamente os mísseis de cruzeiro e os mísseis balísticos;
- c) **“Autoridade Competente”**: é o Procurador-Geral da República ou o Magistrado do Ministério Público por ele designado, com competências decisórias e executórias a si atribuídas pela presente Lei;
- d) **“Autoridade de Revisão”**: é o Tribunal Judicial competente para exercer as competências de decisão de recursos a si atribuídas pela presente Lei;
- e) **“Congelamento”**: proibição temporária da transferência, conversão, alienação ou movimentação de fundos ou de outros activos económicos que sejam propriedade ou se encontrem, directa ou indirectamente sob o controlo de pessoas, grupos, empresas e entidades designadas de que se suspeite estarem envolvidos na prática do crime de branqueamento de capitais, de crimes subjacentes, do terrorismo ou de financiamento de actos terroristas que resultar de decisão de uma autoridade competente quando tal seja necessário para a prevenção dos referidos ilícitos criminais, por aplicação das resoluções 1267 (1999), 1373 (2001), 1718 (2006), 1737 (2006) do Conselho de Segurança das Nações Unidas;
- f) **“Entidades de Regulação e Supervisão”**: são a Agência Nacional de Aviação Civil, a Direcção Geral das Alfândegas, as autoridades policiais, as entidades com competências própria ou delegada para a concessão de autorização prévia para a realização de operações de comércio externo e as que forem determinadas por lei;
- g) **“Financiamento da Proliferação das Armas de Destruição em Massa”**: é o acto proscrito pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas relativa à prevenção, a repressão e à interrupção da proliferação das armas de destruição em massa e do seu financiamento;
- h) **“Fundos”**: bens de qualquer tipo, corpóreos ou incorpóreos, móveis ou imóveis, qualquer que seja seu modo de aquisição, e documentos legais ou instrumentos em qualquer forma, incluindo electrónico ou digital, evidenciando titularidade de, ou interesse em, tais bens, incluindo a créditos bancários, ordens de pagamento, acções, títulos de tesouro, obrigações, letras de câmbio, cartas de crédito, sem que esta enumeração seja limitativa;
- i) **Lista**: elenco de Estados, indivíduos, grupos e entidades que cometam ou tentam cometer actos terroristas, designadas pela autoridade competente, decorrentes de:
 - I. Requerimento de acto internacional relativo à manutenção de paz e segurança, tais como as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e
 - II. Ordem interna, quando necessário à protecção da segurança nacional, designada pela autoridade competente.
- j) **Medidas restritivas**: as de natureza financeira, comerciais, diplomáticas ou outras que visam a modificação das actividades aplicáveis a jurisdições, pessoas ou entidades com o propósito de combater o terrorismo e manter ou restaurar a paz e segurança nacional e internacional;

- k) **“Organizações terroristas”**: Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concretamente, pratiquem actos terroristas, nos termos definidos na alínea a);
- l) **“Órgão internacional competente”**: órgão de uma organização competente nos termos do respectivo tratado constitutivo para adoptar normas tendo como destinatários as partes desse tratado constitutivo ou em comité ou uma comissão para efeitos de questão específicas, nomeadamente o Conselho de Segurança das Nações Unidas e os seus respectivos Comités de Sanções;
- m) **“Terroristas”**: qualquer pessoa singular que:
 - I. Cometa ou tente cometer actos terroristas, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, ilegal e deliberadamente;
 - II. Participe, como cúmplice, na prática de actos terroristas ou no financiamento de terrorismo;
 - III. Organize ou induza outrem à prática de actos terroristas;
 - IV. Contribua para a prática de actos terroristas por duas ou mais pessoas agindo com um propósito comum, quando esta contribuição é intencional e visa realizar o acto terrorista, ou com o conhecimento da intenção de duas ou mais pessoas de cometer um acto terrorista.
- n) **Pessoas ou entidades designada**: refere-se a:
 - i. Estados, indivíduos, grupos, empresas e entidades designadas pelo Comité do Conselho de Segurança instituído nos termos da resolução n.º 1267 (1999);
 - ii. Estados, indivíduos, grupos, empresas e entidades designadas pelo Comité do Conselho de Segurança instituído nos termos da resolução n.º 1988 (2011);
 - iii. Qualquer pessoa singular ou colectiva ou entidade designada pelo País ou por uma jurisdição supranacional nos termos da resolução do Conselho de Segurança n.º 1373 (2001);
 - iv. Qualquer pessoa singular ou colectiva ou entidade designada para aplicação de sanções financeiras específicas nos termos da resolução do Conselho de Segurança n.º 1718 (2016) e suas resoluções subsequentes;
 - v. Qualquer pessoa singular ou colectiva ou entidades designada para a aplicação de sanções financeiras específicas nos termos da resolução n.º 1737 (2006) do Conselho de Segurança.
- o) **Processo de Designação** – Medida Administrativa adoptada pelo Estado com vista a colocação na lista nacional de terrorista, nomes de pessoas, entidades, organizações, ou grupos e Estado que tenham participado em actos terroristas ou actos preparatórios de terrorismo, para o efeito de congelamento sem demora dos seus bens.

CAPÍTULO II TERRORISMO E SEU FINANCIAMENTO

Artigo 3.º Organizações terroristas

1. Considera-se grupo, organização ou associação terrorista todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, actuando concretamente, pratiquem actos terroristas, nos termos definidos na alínea a) do artigo 2.º.
2. Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação terrorista, é punido com pena de prisão de cinco a vinte anos.
3. Quem aderir, chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação terrorista, passando a ser seu membro, ou os apoiar nomeadamente através do fornecimento de informações ou meios materiais, é punido com pena de prisão de seis a doze anos.
4. Quem praticar actos preparatórios da constituição de grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 1 a 8 anos.
5. A pena pode ser especialmente atenuada se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 4.º Outras organizações terroristas

1. Aos grupos, organizações e associações previstas no n.º 1 do artigo anterior são equiparados os agrupamentos de duas ou mais pessoas que, actuando concertadamente, visem, mediante a prática dos factos aí descritos, prejudicar a integridade ou a independência de um Estado, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições desse Estado ou de uma organização pública internacional, forçar as respectivas autoridades a praticar um acto, abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certos grupos de pessoas ou populações.
2. É correspondentemente aplicável o disposto nos n.ºs 2 a 5 do artigo anterior.

Artigo 5.º**Terrorismo**

1. Quem praticar actos terroristas, com a intenção referida na alínea a) do artigo 2.º, é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos, ou com pena correspondente ao crime praticado, agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se for igual ou superior àquela, não podendo a pena aplicada exceder o limite referido no artigo 42.º do Código Penal.

2. Quem praticar crime de furto qualificado, roubo, extorsão, burla informática ou falsificação de documento administrativo com vista ao cometimento de actos previstos na alínea a) do artigo 2.º, é punido com pena correspondente ao crime praticado, agravado de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

3. A pena pode ser especialmente atenuada, se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 6.º**Terrorismo internacional**

1. Quem praticar os actos terroristas previstos na alínea a) do artigo 2.º é punido com pena de prisão de 2 a 10 anos, ou com pena correspondente ao crime praticado, agravado de um terço nos seus limites mínimos e máximo, se for igual ou superior àquela.

2. É correspondente aplicável o disposto nos n.ºs 2 e 3 do artigo anterior.

Artigo 7.º**Financiamento do terrorismo**

1. Quem, pessoa individual ou colectiva, por quaisquer meios, directa ou indirectamente, fornecer, recolher ou detiver, gerir fundos ou bens de qualquer tipo, bem como produtos ou direitos susceptíveis de serem transformados em fundo, com a intenção de serem utilizados ou sabendo que podem ser utilizados, total ou parcialmente, no planeamento, na preparação ou para a prática de actos terroristas referidos na alínea a) do artigo 2.º, ou praticar estes factos com a intenção referida no n.º 1 do artigo 4.º ou no n.º 1 do artigo 5.º ou no n.º 1. do artigo 6.º é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.

2. Para que um acto constitua a infracção prevista no número anterior, não é necessário que os fundos provenham de terceiros, nem que tenham sido entregues a quem se destinam, ou que tenham sido efectivamente utilizados para cometer os factos neles previstos.

3. Constitui igualmente crime de financiamento do terrorismo, punido com pena de prisão de 8 a 15 anos, a disponibilização ou recolha deliberada de fundos por cidadãos nacionais ou estrangeiros que estejam no Território são-tomense com intenção para financiar a viagem de indivíduos para um terceiro Estado que não o seu Estado de residência ou nacionalidade com objectivo de perpetrar planificar, ou preparar ou participar em actos terroristas, ou fornecer ou receber treinamento de terroristas.

4. Quem financiar com conhecimento de causa actos terroristas, planeá-los ou incitar à sua pratica é punido com a pena de prisão de 8 a 15 anos.

5. Quem participar como cúmplice, organizar ou ordenar a alguém a realização de financiamento do terrorismo, ou contribuir para a prática de factos típicos de financiamento do terrorismo é punido com pena de prisão de 8 a 15 anos.

6. A pena pode ser especialmente atenuada se o agente voluntariamente abandonar a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ele provocado ou auxiliar concretamente na recolha de provas decisivas para a identificação ou captura de outros responsáveis.

7. A pena prevista no âmbito deste artigo pode ser agravada de um terço nos limites mínimo e máximo se:

- a) O financiamento do terrorismo é praticado de forma habitual ou corre no exercício de uma actividade profissional;
- b) O autor da infracção for reincidente, sendo que neste caso, as condenações havidas no exterior são tomadas em conta para estabelecer a reincidência;
- c) Uma infracção de financiamento do terrorismo for cometida por uma organização terrorista;
- d) Uma pessoa ou organização terrorista cometer vários actos terroristas.

Artigo 8.º**Penas acessórias**

1. As pessoas singulares condenadas pelas infracções tipificadas nos artigos 3.º a 7.º da presente Lei podem ser ainda condenadas às seguintes penas:

- a) Interdição de entrar no Território Nacional por um período de 5 a 10 anos, em caso de ser cidadão estrangeiro;
- b) Interdição de sair do Território Nacional e retenção do passaporte por um período de 2 a 5 anos;

- c) Interdição do exercício de direitos civis e políticos por um período de 2 a 5 anos;
 - d) Interdição de conduzir os engenhos a motor terrestres, marinhos e aéreos e a retenção de autorização ou licença por um período de 5 a 10 anos;
 - e) Interdição por um período de 5 a 10 anos de exercer a profissão ou actividade que exercia quando o crime foi cometido e interdição de exercer uma função pública.
 - f) Interdição de deter ou transportar uma arma precedida de autorização durante 5 a 10 anos.
2. A confiscação dos bens ou dos objectos que serviram ou estavam destinados à pratica da infracção ou dos objectos que são seu produto, com a excepção dos objectos susceptíveis de restituição.

Artigo 9.º

Protecção dos intervenientes

É garantida a protecção a quem tiver colaborado concretamente na investigação dos crimes previsto no presente capítulo, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 10.º

Cooperação internacional

1. As autoridades competentes em matéria de prevenção do terrorismo e do seu financiamento e proliferação de armas de destruição em massa devem cooperar o mais possível com as autoridades de outros Estados em matéria de troca de informações, investigações e de procedimentos judiciais, de extradição e ao auxílio judiciário mútuo, bem como em relação às medidas cautelares ou provisórias nomeadamente através da apreensão ou da perda de bens ou de fundos associados ao terrorismo ou ao seu financiamento.
2. A cooperação deve ser prestada de modo célere construtivo e efectivo, devendo ser assegurados os mecanismos eficazes de troca de informação.
3. A troca de informação deve ser efectuada espontaneamente ou a pedido do país que submete o pedido de informação podendo ser referente ao financiamento do terrorismo bem como em relação aos fatos ilícitos de onde provêm as vantagens.
4. A troca de informação não pode ser recusada ou sujeita a qualquer condição indevida, desproporcionada ou restritiva.
5. Em caso algum a cooperação internacional pode ser recusada com fundamento em questões fiscais.
6. A cooperação só pode ser recusada quando as informações relevantes forem adquiridas em circunstâncias que envolvam sigilo profissional.

CAPÍTULO III

APREENSÃO, CONGELAMENTO E DESIGNAÇÃO

Artigo 11.º

Apreensão, congelamento e designação

1. Sem prejuízo do regime geral previsto no Código do Processo Penal e dos direitos de terceiros de boa-fé, para fins de prevenção e combate do terrorismo ou de financiamento do terrorismo, o Magistrado do Ministério Público ou Juíz de Instrução é competente para ordenar a apreensão ou congelamento de fundos e bens sem demora, se existirem motivos razoáveis para acreditar que esses fundos ou bens estão relacionados com a prática do crime do terrorismo ou de financiamento do terrorismo tal como previsto nos artigos 5.º e 7.º da presente Lei; e exigir a sua conservação até que sejam declarados perdidos, bem como de quaisquer provas que tornem possível a identificação de tais fundos ou bens.
2. É aplicável o disposto no número anterior, com as devidas adaptações, aos fundos e bens de pessoas designadas.
3. O Magistrado do Ministério Público ou Juíz de Instrução deve ainda ordenar a interdição de um suspeito ou terceiro de alienar parte ou a totalidade de fundos ou bens, até que proferida a sentença judicial.
4. A decisão de congelamento deve ser feita sem aviso prévio e identificar a conta ou contas abrangidas pela medida, bem como identificar quaisquer outros bens, o período da sua duração e a autoridade responsável pelo controlo e acompanhamento da referida decisão.
5. A decisão de congelamento deve ainda ser comunicada sem demora às instituições financeiras, empresas e profissões não financeiras designadas previstas na Lei 8/2013 que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bens, direitos e valores, directamente ou através das respectivas autoridades de supervisão, de fiscalização ou de inspecção.
6. O período de congelamento poderá ser renovado pela autoridade referida no n.º 1, podendo cessar quando a medida não se justificar ou existir algum erro em relação à pessoa ou entidades cujos bens foram congelados ou em relação à identificação das contas ou bens a congelar.

7. O pedido de congelamento é tido por indeferido sempre que não for decretado pelo Magistrado do Ministério Público ou Juíz de Instrução, no prazo de 2 (dois) dias úteis.

8. Se forem aplicadas as medidas restritivas às pessoas ou entidades designadas, tendo sido os fundos ou recursos económicos congelados erradamente em virtude de terem nomes e identificação iguais ou semelhantes, as medidas restritivas devem ser retiradas com a maior brevidade possível, após confirmação da sua identidade.

Artigo 12.º

Outras medidas restritivas

1. Adicionalmente às medidas de congelamento definidas no artigo anterior, as medidas restritivas podem incluir a interrupção completa ou parcial das relações económicas, dos meios de comunicação marítimos, aéreos, postais, telegráficos, radioeléctricos, ou de outra qualquer espécie, e o rompimento das relações diplomáticas, nomeadamente:

- a) Embargo relativo a venda, fornecimento ou exportação de armas de material relacionado ou restrições no fornecimento de assistência ou serviços relacionados com actividades militares, apoio logístico-militar e serviços de natureza militar;
- b) Restrição de entrada, permanência ou trânsito de pessoas ou entidades em território nacional;
- c) Restrições de importação e exportação de equipamento potencial utilizado na repressão interna ou agressão contra países estrangeiros;
- d) Restrições relativa ao transporte aéreo, marítimo e à prestação de serviços de engenharia e manutenção relativamente a aeronaves e embarcações que sejam propriedade de pessoas ou entidades designadas, ou tenham sido alugadas ou utilizadas por estas ou em seu nome;
- e) Quaisquer outras medidas definidas em actos internacionais aos quais a República Democrática de São Tomé e Príncipe se encontre vinculada.

2. A aplicação das medidas restritivas definidas à pessoas ou entidades designadas deve ter lugar simultaneamente com a publicação da decisão de designação pela autoridade competente.

Artigo 13.º

Regulação

1. As autoridades de regulação e supervisão devem promover a regulação adequada relativamente ao desenvolvimento de procedimentos e implementação de mecanismos que permitam a aplicação das medidas restritivas previstas na presente lei.

2. Compete às entidades de regulação e supervisão nomeadamente:

- a) Instituto Nacional de Aviação Civil: negar ou cancelar a emissão de certificados de operador de transporte aéreo e certificados de aeronavegabilidade, bem como, emitir instruções para que seja negada a autorização à aeronaves para descolarem ou aterrarem no País ou sobrevoarem o País ou para proibir a prestação de serviços de engenharia ou de manutenção a essas aeronaves, de acordo com as medidas restritivas aplicadas nos termos da presente lei;
- b) Entidades com competência própria ou delegada no domínio do comércio externo: impedir a realização de operações de comércio externo com pessoas, ou entidades designadas, grupo ou que os envolvam, de acordo com as medidas restritivas aplicadas nos termos da presente Lei;
- c) Serviços de Migração e Fronteiras/Autoridades Policiais: actuar de forma a impedir a entrada, permanência ou trânsito através do País das pessoas designadas, em relação as quais tenham sido aplicadas medidas restritivas de entrada, permanência ou trânsito de pessoas ou entidades em Território Nacional, com excepção de cidadão nacionais;
- d) Entidades com competência própria ou delegada para a concessão de autorização prévia para a realização de operações de comércio externo: negar, condicionar ou revogar a licença de operação de comércio externo com pessoas ou entidades designadas, grupo ou que os envolvam, de acordo com as medidas restritivas aplicadas nos termos da presente Lei.

Artigo 14.º

Deveres das entidades de regulação e supervisão

As entidades de regulação e supervisão estão obrigadas a:

- a) Actuar imediatamente e a tomar as medidas necessárias e adequadas ao cumprimento do acto internacional aplicável ou às medidas de execução ordenadas pela autoridade competente;
- b) Emitir instruções e de as comunicar às entidades públicas ou privadas, que estejam sob a sua supervisão ou coordenação sempre que a complexidade dos procedimentos a observar por virtude do acto internacional aplicável o exija;
- c) Comunicar à autoridade competente do incumprimento pelas entidades reguladas, das obrigações previstas na presente Lei.

Artigo 15.º**Violação do dever de congelamento de fundos ou de outros activos económicos**

1. Quem tendo sido notificado pelo Magistrado do Ministério Público ou Juiz de instrução para proceder ao congelamento e não o fizer, e por via disto, colocar directamente ou indirectamente, à disposição das pessoas ou entidades de que se suspeita estarem envolvidas em actividades de terrorismo ou no financiamento de grupos, associações, organizações ou de actos terroristas, quaisquer fundos ou outros activos económicos que aquelas possam utilizar ou dos quais possam beneficiar é punido com pena de prisão de 3 a 5 anos ou de pena de multa até 500 dias.

2. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou de multa até 500 dias.

3. A tentativa é punível.

Artigo 16.º**Violação de outros deveres**

1. Quem estabeleça ou mantenha relação jurídica de natureza económica com quaisquer sujeitos ou entidades sabendo que são suspeitos de estar envolvidos em actividades de terrorismo ou financiamento de grupos, associações, organizações ou de actos terroristas ou financiamento da proliferação das armas de destruição em massa ou adquira ou aumente a participação de controlo relativo a imóvel, empresa outro tipo de pessoa colectiva, ainda que irregularmente constituída, situados, registados ou constituídos em território nacional ou em qualquer outra jurisdição, é punido com pena de prisão de 3 a 3 anos, caso se trate de pessoa singular, ou de pena de multa até 500 dias, caso se trate de pessoa colectiva ou entidade equiparada.

2. A aplicação do número anterior não é prejudicada pelo facto de as aquisições ou aumentos da participação em causa terem lugar, em troca do fornecimento de bens corpóreos ou incorpóreos, de serviços ou de tecnologias, incluindo patentes, de capitais, de remissão de dívidas ou de outros recursos financeiros.

3. Os actos praticados em violação dos números anteriores são nulos.

4. Havendo negligência, a pena é de prisão até 1 ano ou de multa até 500 dias.

5. A tentativa é punível.

Artigo 17.º**Penas Acessórias**

1. Quem for condenado por crimes previstos nos artigos 15.º e 16.º atenta a concreta gravidade, pode ser sujeito às seguintes penas acessórias:

- a) Publicação da decisão condenatória em jornal de circulação nacional, a expensas do condenado;
- b) Proibição do exercício de certas funções ou actividades, por um período de 1 a 10 anos;
- c) Privação do direito de participar em ajustes directos, consultas restritas ou concursos públicos, por um período de 1 a 10 anos;
- d) Proibição de contactar determinadas pessoas, por um período de 1 a 5 anos;
- e) Expulsão e interdição de entrar no País, quando estrangeiro, por um período de 1 a 5 anos;
- f) Enceramento temporário de estabelecimento, até cinco anos;
- g) Enceramento definitivo de estabelecimento;
- h) Dissolução judicial.

2. As penas acessórias podem ser aplicadas cumulativamente.

Artigo 18.º**Procedimentos Cautelares de Extensão do Âmbito Material**

Em processos-crime relativos aos factos determinantes da aplicação das sanções previstas nos artigos 15.º e 16.º ou conexos com estes, ou em que o arguido esteja com tais factos relacionado, pode o Ministério Público requerer o arresto preventivo dos respectivos fundos e recursos financeiros.

Artigo 19.º**Listas de pessoas e entidades nacionais e internacionais**

1. A lista de pessoas e entidades a que se referem os artigos 11.º, 15.º e 16.º, bem como das resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas serão publicadas no Diário da República e tornadas públicas nos portais digitais do Governo e do Banco Central.

2. Compete ao Magistrado do Ministério Público proceder à actualização das referidas listas, em conformidade com as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, nomeadamente ao aditamento, retirada ou modificação da identidade ou da identificação das pessoas ou das entidades constantes dessas listas.

3. O aditamento, a retirada ou a modificação da identidade ou da identificação das pessoas ou entidades das listas, a que se refere o número anterior, devem ser também sujeitos a publicidade.

4. As listas de pessoas e entidades, bem como qualquer alteração das mesmas, devem ser também enviadas às instituições financeiras e às empresas e profissões não financeiras designadas previstas na Lei que estabelece medidas destinadas a prevenir e reprimir o crime de branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, bens direitos e valores, directamente ou através das respectivas autoridades de regulação, supervisão, fiscalização e de inspecção.

5. A notificação da designação conforme referido no n.º 3 deve ocorrer no mais curto espaço de tempo possível e é efectuada através de correio electrónico, fax, correios, pessoalmente, ou por telefone, sendo que neste último caso, deve ser posteriormente confirmada por escrito.

6. As instituições financeiras e as empresas e profissões não financeiras designadas devem congelar os fundos no prazo máximo de 24 horas após a recepção da notificação do Magistrado do Ministério Público ou Juíz de Instrução.

7. Para a prossecução dos objectivos nos termos dos n.ºs 2 e 3, o Magistrado do Ministério Público pode solicitar informações a qualquer entidade pública ou privada.

8. Nenhum cidadão nacional, assim como as pessoas ou entidades no Território Nacional devem disponibilizar fundos e activos às pessoas ou entidades designadas, nos termos dos n.ºs 2 e 3.

Artigo 20.º

Autoridade competente para a designação

Compete ao Ministério Público, no âmbito do processo de designação de pessoas ou entidades:

- a) Receber, analisar e decidir os pedidos de designação;
- b) Receber, analisar e decidir os pedidos de modificação de identificação incluída na lista;
- c) Receber e encaminhar os pedidos de revisão;
- d) Receber, analisar e decidir os pedidos de isenção;
- e) Analisar e deliberar sobre a adopção das listas de sanções internacionais, exaradas e mantidas pelos Comitês de Sanções das Nações Unidas ou por outros organismos internacionais, através da designação nacional dos Estados, pessoas, grupos ou entidades, previamente designadas por aquelas organizações, e respectiva inclusão na lista nacional, assim como promover os processos de revisão e actualização;
- f) Deliberar sobre os pedidos de designação, respectiva verificação, modificação, relativamente a designação para a lista nacional;
- g) Analisar e deliberar sobre os pedidos de remoção, respectiva verificação e solicitar recomendação à autoridade competente pela revisão;
- h) Promover a remoção periódica da lista;
- i) Analisar e deliberar sobre os pedidos de isenções específicas e dos pedidos de isenção relativos as medidas restritivas aplicadas às pessoas ou entidades designadas;
- j) Efectuar a actualização e publicação da lista nacional de Estados, pessoas, grupos ou entidades designadas;
- k) Praticar os actos relativos ao congelamento de fundos e recursos económicos, previstos na presente lei;
- l) Receber, analisar e disseminar informações que possam facilitar o cumprimento da designação de pessoas ou entidades;
- m) Apresentar relatório anual e dados estatísticos relativos ao processo de designação de pessoas ou entidades designadas, remoção, modificação, medidas restritivas e isenções; e
- n) Estabelecer protocolos de cooperação de troca de informação com as demais instituições.

Artigo 21.º

Início do processo de designação

O processo de designação das pessoas e entidades, a aplicação de medidas restritivas e a respectiva inclusão na lista nacional, tem lugar nos seguintes casos:

- a) Designações efectuadas por organismos internacionais competentes, designadamente Comitês de Sanções da Organização das Nações Unidas, com base em actos internacionais relativos a manutenção da paz e segurança internacional;
- b) Pedidos de designação.

Artigo 22.º

Submissão dos pedidos

1. Podem submeter os pedidos de designação as seguintes entidades:

- a) Autoridades nacionais competentes com atribuições de manutenção da paz e segurança nacional e internacional e o combate ao terrorismo;

- b) Unidade de Informação Financeira;
- c) Entidades de regulação e supervisão, nos termos da presente lei;
- d) Autoridades competentes pela designação em outras jurisdições;
- e) Os Comitês de Sanções do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

2. Os pedidos devem conter, no mínimo, as seguintes informações:

- a) O motivo detalhado da designação, conforme os n.ºs 1, 2, e 3 do artigo 23.º;
- b) A informação de identificação das pessoas e entidades designadas;
- c) A medida restritiva aplicável à pessoa ou entidade designada; e
- d) A documentação relevante necessária juntamente com o pedido que a sustente.

Artigo 23.º

Processo de designação nacional

1. O Ministério Público pode designar um Estado, uma pessoa, grupo ou entidade nas seguintes circunstâncias:

- a) Quando estiverem envolvidos ou associadas a crimes de terrorismo, sejam:
 - i. Pessoas singulares que cometam ou tentem cometer qualquer acto terrorista, ou que nele participem ou facilitem a prática de tal acto;
 - ii. Pessoas colectivas, grupos ou entidades que cometam ou tentem cometer qualquer acto terrorista, ou que nele participem ou facilitem a prática de tal acto;
 - iii. Pessoas colectivas, grupos ou entidades na posse ou sob controlo de uma ou mais pessoas singulares ou colectivas, entidades ou organismos referidos em subalíneas anteriores; ou
 - iv. Pessoas singulares ou colectivas, grupos ou entidades que actuem em nome ou sob as instruções de uma ou mais pessoas ou colectivas, grupos ou entidades referidas em subalíneas i. ii.
- b) Quando tal seja requerido por acto internacional relativo a manutenção de paz e segurança, tais como as resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e
- c) Quando for necessário à protecção da segurança nacional.

2. A informação de identificação referente à pessoa designada deve incluir:

- a) Nome;
- b) Nomes pelos quais é conhecido;
- c) Apelido;
- d) Apelido de solteiro, caso aplicável;
- e) Sexo;
- f) Data e local de nascimento;
- g) Nacionalidade;
- h) Endereço;
- i) Número de documento de identidade, com foto e assinatura;
- j) Número de Identificação Fiscal; e
- k) Outra informação tida como relevante.

3. A informação de identificação relativa ao grupo ou entidade designada deve incluir:

- a) Denominação;
- b) Principais actividades;
- c) Local em que se encontra registada a sede;
- d) Data e número do registo;
- e) Motivo pelo qual o grupo ou a entidade é designada;
- f) Número de Identificação Fiscal;
- g) Natureza do negócio; e
- h) Outra informação tida como relevante.

Artigo 24.º

Inclusão na Lista e Comunicação de Designação

Decidida a designação de pessoas ou entidades, a autoridade competente deve:

- a) Actualizar e republicar no Diário da República no prazo de 2 dias úteis a decisão que determinou a designação, actualização e a republicação da lista de pessoas ou entidades designadas;
- b) Notificar as pessoas ou entidades designadas acerca da designação e dos motivos que a fundamentaram;
- c) Informar as entidades de regulação e supervisão sobre a designação.

Artigo 25.º**Pedido de Remoção da Lista**

1. Qualquer pessoa ou entidade designada pode requerer à autoridade competente nos termos da presente Lei, por escrito e devidamente fundamentada, a sua remoção da lista.

2. A autoridade competente deve proceder à análise e decidir sobre o deferimento ou indeferimento do pedido de remoção, salvo nos casos em que um acto internacional determine de forma contrária.

3. Recebido o pedido, a autoridade competente envia-o à autoridade de revisão para recomendação.

4. A autoridade de revisão decide, no prazo de dez dias, se existe motivos razoáveis para recomendar ao Procurador Geral da República ou ao Magistrado do Ministério Público por ele designado a manutenção na lista ou a sua remoção.

5. A autoridade competente deve decidir o pedido, no prazo de trinta dias, a contar da data de recepção da recomendação da autoridade de revisão.

6. Caso a autoridade competente não decidir no prazo previsto, nem prorrogar o prazo de decisão por um período determinado, informando o requerente da referida prorrogação, o pedido da remoção considera-se tacitamente deferido.

7. Se a autoridade competente não estiver autorizada a tomar a decisão de remoção do requerente da lista, deve encaminhar o processo ao responsável nacional pela submissão dos pedidos internacionais ao órgão internacional competente, no prazo de quinze dias após a recepção do pedido.

8. A autoridade competente deve informar tempestivamente ao requerente referido no número 1 de qualquer decisão tomada de acordo com os números anteriores.

9. A pessoa ou entidade designada não pode realizar um outro pedido de remoção da lista, salvo se existir uma modificação material nas circunstâncias do caso, após a submissão do último pedido.

10. A decisão de remoção revogando a decisão de designação é publicada no Diário da República.

Artigo 26.º**Conteúdo do pedido de remoção**

O pedido deve conter:

- a) Todos os elementos de identificação constantes da lista em que o requerente se encontra designado;
- b) O motivo da designação;
- c) As medidas restritivas que tenham sido aplicadas;
- d) As razões pelas quais a pessoa ou entidade designada efectua o pedido de remoção da lista e a cessação da aplicação das respectivas medidas restritivas, designadamente:
 - i. Por erro comprovado de identificação;
 - ii. Posterior alteração significativa dos factos;
 - iii. Surgimento de novas provas;
 - iv. Outros factos em virtude dos quais os critérios e condições de designação deixaram de estar preenchidos;
 - v. Quaisquer outras informações consideradas relevantes para a apreciação do pedido de remoção.

Artigo 27.º**Revisão da designação**

1. A autoridade competente deve, no mínimo, proceder anualmente à revisão da lista das pessoas e entidades designadas, para determinar se existem indícios de que os critérios de designação já não se encontram preenchidos pelas pessoas ou entidades designadas constantes da lista por si elaborada.

2. As pessoas ou entidades designadas devem ser removidas da lista, caso o acto internacional no qual se baseou a decisão da designação deixar de ser aplicável.

3. Se a designação nacional for baseada numa designação efectuada pelo órgão competente das Nações Unidas, a revisão da autoridade competente apenas se limita a verificar se a designação se mantém aplicável.

4. A autoridade competente deve verificar, caso a caso, se os critérios e condições que ditaram a decisão de designação e aplicação de medidas restritivas, ainda se encontram preenchidos, justificando a remoção ou não das pessoas ou entidades designadas da lista ou a modificação das medidas restritivas impostas.

5. Para efeitos de revisão da lista, devem ser considerados, designadamente, os seguintes factos:

- a) Erro comprovado de identificação;
- b) Posterior alteração significativa dos factos;
- c) Surgimento de novas provas;
- d) Morte da pessoa designada;
- e) Liquidação da entidade designada;
- f) O acto internacional no qual a designação se baseou já não se encontra em vigor;

- g) Outros factores em virtude dos quais os critérios e condições de designação deixaram de estar preenchidos.
- 6. Uma vez decidida a remoção da lista, a autoridade competente deve proceder conforme alíneas do artigo 24.º.

Artigo 28.º

Pedidos de isenção

1. A autoridade competente pode conceder isenções específicas de modo a garantir que as necessidades básicas de pessoas ou entidades designadas sejam satisfeitas, tais como as despesas básicas e necessárias para o pagamento de certos tipos de comissões, encargos com serviços ou para as despesas extraordinárias.

2. As pessoas ou entidades designadas podem fundamentar o pedido de isenção quando um acto internacional aplicável admita excepções às medidas restritivas.

3. O pedido de isenção deve ser efectuado pela pessoa ou entidade designada cujos fundos ou recursos económicos foram congelados.

4. A autoridade competente deve fundamentar a recusa do pedido, por escrito, notificando o requerente.

5. A concessão de isenções deve ser transparente, razoável e proporcional, de modo a garantir que:

- a) A finalidade para a qual a isenção é requerida e comprovada, seja para as despesas básicas, extraordinárias, pagamentos contratuais ou com base em outras razões fundamentadas;
- b) Os riscos de desvio dos pagamentos autorizados para outras finalidades que não aquelas para as quais a isenção foi concedida, incluindo finalidades terroristas, sejam reduzidos; e
- c) O ónus sobre o sector seja minimizado.

6. Se o pedido para a isenção estiver relacionado com uma pessoa ou entidade designada de acordo com actos internacionais, incluindo as resoluções da Organização das Nações Unidas, quaisquer condições previstas nos referidos actos internacionais devem ser tidas em consideração pela autoridade competente.

7. O pedido deve conter:

- a) Lista das sanções, mantidas pelo Comité de Sanções, criada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, através da resolução n.º 1267/1989;
- b) Lista Nacional mantida pela autoridade competente, em conformidade com a presente lei;
- c) Descrição do motivo do pedido de isenção;
- d) Âmbito e duração da isenção;
- e) Informação relativa as pessoas e entidades a quem deve ser concedida a isenção;
- f) Junto, toda a documentação relevante disponível que suporte o pedido de isenção.

8. O pedido é analisado e, se faltar algum documento a autoridade competente pode pedir informações adicionais ao requerente, ou às entidades públicas ou privadas.

9. Quando se trata de acto internacional conforme referido no número 2, a autoridade competente submete o pedido ao organismo internacional competente.

Artigo 29.º

Concessão do Pedido de Isenção

1. Com vista a decisão relativa ao pedido de isenção devem ser tidas em consideração:

- a) As condições previstas no n.º 4 do artigo 27.º;
- b) Quando aplicável, qualquer condições constantes ou estabelecidas em consequência do acto internacional relativo à manutenção da paz e segurança.

2. A decisão de concessão da isenção deve incluir:

- a) Identificação das pessoas ou entidades a quem a isenção é concedida;
- b) Descrição dos actos permitidos de acordo com a isenção concedida;
- c) Condições às quais a isenção se encontra sujeita;
- d) Período de duração e a data em que expira.

3. A isenção pode ser modificada ou revogada a qualquer momento, caso existam razões para o efeito.

4. A concessão, modificação ou revogação da isenção deve ser informada:

- a) Às pessoas ou entidades a quem a isenção seja concedida;
- b) Ao requerente do pedido de isenção; e
- c) Às entidades de regulação e supervisão.

4. O pedido deve ser processado no prazo de 30 (trinta) dias, devendo ser priorizados os pedidos com fundamento em razões humanitárias com carácter urgente, em relação aos procedimentos em curso.

Artigo 30.º

Processo de designação internacional

1. As pessoas ou entidades designadas constante da Lista do Comité de Sanções das Nações Unidas, conforme a resolução do Conselho das Nações Unidas n.º 1267/1989, são designadas pelo referido Comité de Sanções.

2. A lista referida no número anterior é elaborada, revista, actualizada e publicada pelo Comité de Sanções mencionado no número anterior, de acordo com os respectivos critérios de designação e de revisão, não necessitando de ser publicada no *Diário da República*.

Artigo 31.º

Pedidos internacionais

A autoridade competente deve ter em consideração acções e pedidos realizados por outros países relativamente à designação de pessoas e entidades designadas e correspondente aplicação de medidas restritivas e decidir se medidas semelhantes são aplicáveis na República Democrática de São Tomé e Príncipe, no âmbito da presente Lei.

Artigo 32.º

Cooperação

As pessoas singulares e colectivas, públicas ou particulares devem cooperar com a autoridade competente e com as autoridades de regulação e supervisão no âmbito do cumprimento da presente lei.

Artigo 33.º

Fornecimento de Informação

1. Sem prejuízo do disposto nas normas relativas a confidencialidade e sigilo profissional, as pessoas singulares e colectivas, públicas ou privadas, devem:
 - a) Fornecer mediante solicitação da autoridade competente, qualquer informação que possa suportar a decisão da designação;
 - b) Facultar imediatamente a autoridade competente e as entidades de regulação e supervisão quaisquer informações que possam facilitar o cumprimento da presente Lei;
 - c) Comunicar a autoridade competente e as entidades de regulação e supervisão, sempre que detenham ou controlem fundos ou recursos económicos na posse ou detidas por pessoas ou entidades designadas, durante um período de seis meses antes da entrada em vigor da presente Lei.

2. A informação recebida deve ser utilizada apenas para o fim para o qual se destina.

3. A prestação de informação de boa-fé, no cumprimento das obrigações previstas na presente Lei, por pessoas singulares ou colectivas, públicas ou privadas, não consubstancia numa violação de qualquer obrigação de sigilo, nem acarreta qualquer responsabilidade aos prestadores da referida informação.

Artigo 34.º

Oposição às Medidas de Congelamento

1. Qualquer pessoa singular ou colectiva cujos fundos ou activos económicos foram congelados nos termos do artigo 11.º poderá impugnar aquela medida, através de reclamação, devidamente fundamentada, para a autoridade competente, que deverá tomar uma decisão no prazo de 10 (dez) dias.

2. Da decisão referida no número anterior cabe recurso para os Tribunais competentes nos termos gerais.

Artigo 35.º

Acesso a fundos congelados

A autoridade competente para o congelamento dos fundos ou de outros activos económicos poderá facultar o acesso aos mesmos, sempre que se revelem necessários para o pagamento de despesas básicas ou de despesas extraordinárias, em conformidade com a resolução 1452 (2002), de 20 de Dezembro de 2002 e depois de obtido o consentimento do Comité de Sanções, criado pela resolução 1267 (1999), de 15 de Outubro de 1999, das Nações Unidas.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 36.º

Responsabilidade criminal das pessoas colectivas e entidades equiparadas

1. As pessoas colectivas e as entidades equiparadas são responsáveis, nos termos gerais pelos crimes previstos na presente Lei.

2. As responsabilidades das entidades referidas no número anterior não exclui a responsabilidade individual dos respectivos agentes.

3. Pelos crimes previstos no n.º 1 são aplicáveis às pessoas colectivas as seguintes penas principais:

- a) Multa;
- b) Dissolução, somente decretada quando os sócios da pessoa colectiva tenha tido a intenção exclusiva ou predominante de, por meio dela, praticar os crimes previstos no n.º 1 ou quando a prática reiterada de tais crimes mostre que a pessoa colectiva ou equiparada está a ser utilizada, exclusiva e predominantemente, para esse efeito, quer pelos seus membros, quer por quem exerça a respectiva administração.

4. Se a multa for aplicada a uma entidade sem personalidade jurídica responde por ela o património comum e, na sua falta ou insuficiência, solidariamente, o património de cada um dos associados ou beneficiário efectivo.

5. Pelos crimes previstos no número 1 podem ser aplicadas às pessoas colectivas as seguintes penas acessórias:

- a) Interdição temporária do exercício de uma actividade;
- b) Privação do direito a subsídios ou subvenções outorgadas por entidades ou serviços públicos;
- c) Publicidade da decisão condenatória.

Artigo 37.º

Aplicação no Espaço

1. Para efeitos da presente Lei e salvo tratado ou convenção internacional em contrário, a Lei Penal de São Tomé e Príncipe é aplicável aos factos cometidos fora do Território Nacional:

- a) Quando constituírem os crimes previstos nos artigos 3.º e 5.º;
- b) Quando constituírem os crimes previstos nos artigos 4.º, 6.º, e 7.º, desde que o agente seja encontrado em São Tomé e Príncipe e não possa ser extraditado.

2. Aos crimes previstos na alínea a) do número anterior não é aplicável o n.º 2 do artigo 6.º do Código Penal.

Artigo 38.º

Apreensão e perda

Os bens, fundos ou outros activos económicos utilizados ou destinados a ser utilizados em actos de terrorismo ou financiamento de grupos, associações ou organizações terroristas ou que foram congelados, podem ser apreendidos ou declarados perdidos por decisão transitada em julgado de um tribunal criminal, revertendo a perda a favor do Estado.

Artigo 39.º

Prevenção e repressão

1. Às infracções previstas nos artigos 3.º a 7.º da presente Lei, aplica-se com as devidas adaptações, ao regime de Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais.

2. Em circunstância alguma as considerações de ordem política, filosófica, ideológica, racial, étnica, religiosa ou de outro tipo similar podem justificar actos criminosos previstos na presente Lei.

Artigo 40.º

Valor das multas

Para efeitos previstos na presente Lei, o valor de cada dia de multa é fixado em 15 salários mínimos e em 30 salários mínimos quando se tratar, respectivamente, de pessoa singular ou de pessoa colectiva ou entidade equiparada.

Artigo 41.º

Punição de actos preparatórios

São punidos os actos preparatórios dos crimes previstos na presente Lei.

Artigo 42.º**Direito Subsidiário**

1. São aplicáveis subsidiariamente à matéria constante da presente lei as disposições do Código Penal, do Código de Processo Penal, da Lei n.º 8/2013 sobre a Prevenção e o Combate ao Branqueamento de Capitais e o Financiamento do Terrorismo, e legislação complementar.
2. Para questões relativas ao terrorismo e seu financiamento é aplicável a moldura penal disposta na presente lei

Artigo 43.º**Disposição revogatória**

1. São revogadas as disposições da alínea a) do número 2 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2013.
2. São ainda revogadas todas as disposições de outras legislações em vigor que contrariam as expressas no presente diploma.

Artigo 44**Entrada em vigor**

A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação no Diário da República.

São Tomé aos 27 de Outubro de 2017.